

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM PESQUISA EDUCACIONAL – TURMA IV**

**O PERIÓDICO *O JORNAL DE MARINGÁ* E A HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO NA CIDADE DE MARINGÁ NOS ANOS 1960 A 1963**

JOANITA DE MELLO NAVAS

**MARINGÁ
2013**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM PESQUISA EDUCACIONAL – TURMA IV**

**O PERIÓDICO *O JORNAL DE MARINGÁ* E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA
CIDADE DE MARINGÁ NOS ANOS 1960 A 1963**

Monografia apresentada por JOANITA DE MELLO NAVAS ao Departamento de Fundamentos da Educação, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Especialista em Pesquisa Educacional.

Orientadora:

Profa. Dra. MARCÍLIA ROSA PERIOTTO

MARINGÁ
2013

JOANITA DE MELLO NAVAS

**O PERIÓDICO *O JORNAL DE MARINGÁ* E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA CIDADE DE
MARINGÁ NOS ANOS 1960 A 1963.**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Marcília Rosa Periotto (Orientadora) – UEM

Prof. Dr. Alessandro Rocha - UEM

Profa. Ms. Marli de Araújo Futata – UEM

Maringá, 4 de setembro de 2013

[...] a função da imprensa é ser o cão-de-guarda público, o denunciador incansável dos dirigentes, o olho onipresente, a boca onipresente do espírito do povo que guarda com ciúme sua liberdade.

Karl Marx

NAVAS, Joanita de Mello. **O PERIÓDICO O JORNAL DE MARINGÁ E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA CIDADE DE MARINGÁ NOS ANOS 1960 A 1963**. 67f. Monografia (Especialização em Pesquisa Educacional – Turma IV) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Dra. Marcília Rosa Periotto. Maringá, 2013.

RESUMO

O presente trabalho investiga o periódico *O Jornal de Maringá* com o objetivo de abalizar o papel que desempenhou na história da educação da cidade de Maringá entre os anos de 1960 e 1963, momento em que a cidade já dispunha de uma estrutura educacional em desenvolvimento. Considerado primeiro órgão oficial da imprensa maringaense, o periódico *O Jornal de Maringá* foi fundado pelo radialista Samuel Silveira em 1953, e contou por longo período com a direção de Ivens Lagoano Pacheco. *O Jornal de Maringá* nasceu junto à cidade e serviu como um dos meios de propagação de ideias que contribuíram na formação do pensamento do povo que nela se estabelecia. Constatou-se que, embora o conteúdo do periódico tendesse a defender os ideais da elite formada precocemente no município, as notícias ligadas à educação no período em estudo constituíam-se em sua maior parte de denúncias da situação precária em que se encontravam as escolas, tanto as mantidas pelo estado ou município, no que se refere a estrutura física e principalmente a desvalorização das professoras que recebiam salários de miséria. Concluiu-se que a cidade de Maringá vivenciou as consequências da expansão industrial e êxodo rural ocorridos no Brasil no período, o que gerou a necessidade de mais escolas para formação de mão de obra especializada. A participação do Estado não deu conta de tal contingente, relegando ao descaso o setor educacional público. Assim, no caso de Maringá a escola particular confessional veio ao encontro da necessidade de oferecer educação de qualidade ao estrato social mais elevado da sociedade maringaense, contribuindo ainda mais para a seletividade social já existente.

Palavras-chave: *O Jornal de Maringá*; História da educação; Imprensa; Maringá.

NAVAS, Joanita de Mello. **THE NEWSPAPER O JORNAL DE MARINGÁ AND THE HISTORY OF EDUCATION IN MARINGÁ, BRAZIL, BETWEEN 1960 AND 1963.** 67 f. (Monograph Specialization in Educational Research) – Universidade Estadual de Maringá. Supervisor Dra. Marcília Rosa Periotto. Maringá PR Brazil, 2013.

ABSTRACT

Current research analyzes the newspaper *O Jornal de Maringá* and evaluates its role in the history of Education of Maringá, a city in the state of Paraná, Brazil, between 1960 and 1963, where educational structures during the period were actually developing. *O Jornal de Maringá*, the first newspaper in the city, was founded by the broadcaster Samuel Silveira in 1953, under the long direction of Ivens Lagoano Pacheco. In fact, *O Jornal de Maringá* was practically born together with the future city and was a means of spreading ideas that foregrounded the formation of the people's worldview. Results show that, although the newspaper's contents tended to defend the municipality's early social elite's ideals, news on education during the period under analysis were mostly denunciations against the precarious situation in which the municipal and state schools were left with regard to premises and especially to teacher degradation by low salaries. Maringá experienced the consequences of industrial expansion and the rural exodus to the towns, as everywhere in Brazil. These social facts triggered the need for more schools for the formation of professionals and qualified workers. The government failed to deal with these problems and almost abandoned the public educational sector. As a consequence, the religious denominational schools started to offer quality educational to people living in the privileged layers of society and thus contributed towards the already extant social selectivity.

Keywords: *O Jornal de Maringá*; History of Education; The press; Maringá.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. A IMPRENSA COMO FONTE DE PESQUISA.....	12
1.1. A Imprensa no Brasil.....	13
1.2. A Imprensa no Paraná.....	24
2. A IMPRENSA EM MARINGÁ	30
2.1. <i>O Jornal de Maringá</i>	39
2.2. Notícias sobre Educação no <i>O Jornal de Maringá</i>	49
CONCLUSÃO	64
REFERÊNCIAS	66

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva investigar o periódico *O Jornal de Maringá* verificando o papel que desempenhou na história da educação da cidade de Maringá entre os anos de 1960 e 1963.

O recorte temporal justifica-se, em primeiro lugar, pelo fato de ser um período de desenvolvimento da cidade em todos os setores, principalmente da educação, uma das necessidades sociais, o que possibilita investigar as notícias sobre a estrutura educacional em processo de desenvolvimento; em segundo lugar, a possibilidade de contato com estas fontes primárias, apesar da fragmentação dos arquivos encontrados.

A imprensa tem sido amplamente utilizada como fonte de pesquisa em história e história da educação. As notícias veiculadas constituem-se como ponto de partida para a reflexão do pesquisador em determinados períodos, contribuindo para a (re) construção da história.

Este estudo sobre a imprensa maringaense apresenta como fonte primária *O Jornal de Maringá* e traz por objeto de reflexão as notícias sobre a educação publicadas entre os anos de 1960 e 1963, buscando-se conferir a história da educação da cidade dentro de sua totalidade.

Antes de tal empreendimento, fez-se necessário buscar o entendimento da imprensa no contexto histórico e social, explicitando a sua razão de ser e existir na sociedade. Muitos autores têm se dedicado aos estudos da história da imprensa no Brasil, demonstrando que ela surge como uma necessidade de expressão política na sociedade para formação/educação dos indivíduos à maneira do pensamento dominante.

Ao tratar do surgimento da imprensa no Brasil, percebe-se que desde os primeiros jornais veiculados, como é o caso do *Correio Braziliense*, o objetivo era formar a consciência dos brasileiros com as ideias vigentes na Europa, expressas pelo Iluminismo e que abria portas ao liberalismo econômico. Essas ideias tiveram repercussão no Brasil, culminando na sua independência. A atuação de Hipólito da Costa, como redator do *Correio Braziliense* é considerada um contributo de peso na separação entre Brasil e Portugal.

Não se pode desconsiderar outros periódicos nascidos após a independência, que se espalharam por todo o Brasil, encimando um debate em que pontuavam diversos matizes do pensamento liberal. Esses jornais, carregados de intencionalidade política, contribuíram na formação de uma parcela do povo brasileiro num período em que a educação formal era direcionada somente às elites.

O discurso realizado na e pela imprensa é carregado de intenções que revelam o tipo de homem que se deseja na sociedade, e a forma como este deve pensar e agir. Isto porque a imprensa é um veículo da classe que domina junto aos meios de produção da vida material. E, para a manutenção de sua dominação, é necessário investir na informação/formação que massifica a sociedade.

O *Jornal de Maringá* foi assim um veículo caracterizado mais pela educação informal do que pela veiculação de notícias, já que nos anos iniciais Maringá ainda não tinha uma estrutura educacional suficiente para todos que chegavam à promissora cidade.

Analisando a história de Maringá, percebe-se que as poucas fontes existentes se referem principalmente às memórias dos pioneiros que vivenciaram essa história em tempo real, porém cada um retrata os fatos de acordo com seu ponto de vista e, por isso, encontram-se relatos divergentes. Na maioria dessas memórias, a presença dos indivíduos política e economicamente dominantes surge sempre como os verdadeiros construtores da cidade, relegando os demais, não participantes desse estrato social, ao esquecimento.

No entanto, todos consideram Maringá como grande empreendimento da Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, que a planejou para ser uma cidade de destaque em todo o Estado. E a fama de cidade promissora por suas terras férteis atraiu pessoas de diversas regiões do país, fazendo-a desenvolver rapidamente, inicialmente com a cultura do café e depois com outras culturas agrícolas.

O *Jornal de Maringá* veiculava essa imagem da cidade como “oásis da paz”, mas, em maior parte, demonstrava que nem tudo era perfeito e que, na realidade, a cidade era como qualquer outra por apresentar também diversos problemas de ordem social.

De certa forma esses problemas estão relacionados com uma visão conservadora muito presente na sociedade do período, movida pelo moralismo católico principalmente proveniente da elite maringaense. Essa elite era formada em grande parte pelos pioneiros que adquiriram grandes propriedades e construíram os

primeiros comércios e, portanto, passaram a ser vistos como os únicos contribuintes do desenvolvimento da economia local.

O estudo em questão busca analisar as notícias que retratam a educação da cidade no *O Jornal de Maringá* (1960-1963), considerado primeiro órgão da imprensa da cidade. O propósito é verificar o que essas notícias retrataram e que papel desempenhou na construção da história da educação de Maringá, buscando-se os seguintes entendimentos: quando surgiu e qual é o papel da imprensa na sociedade? Quais as características da imprensa maringaense materializada em *O Jornal de Maringá*? Como se encontrava organizada a educação pública e a qual público se destinava?

Para alcançar respostas à problematização, fez-se necessário inicialmente levantar as fontes primárias com análise dos dados obtidos. As fontes primárias que se constituem no periódico *O Jornal de Maringá* encontram-se arquivados na Biblioteca Municipal de Maringá em encadernações que reúnem três meses do matutino, sendo possível encontrar três encadernações por ano. Isso demonstra que muitos números foram perdidos devido à ação do tempo ou má conservação, fatos que reafirma ser este tipo de fonte não valorizado pela sociedade de uma forma geral e pelos administradores públicos em particular.

O que se percebe é que não existe uma cultura de conservação do patrimônio público de fontes históricas que possam memorizar o passado. Sem contar que os números mais antigos estão em estado muito delicado e provavelmente não levarão muito tempo para serem descartados.

Também houve a necessidade de levantamento bibliográfico sobre a história da cidade, história da imprensa e história da educação do Brasil, para fundamentar os argumentos levantados.

Para dar conta da proposta, o trabalho encontra-se organizado em dois capítulos. O primeiro trata da história da imprensa no Brasil e também faz referência à história da imprensa no Estado do Paraná, e debate a imprensa como fonte de pesquisa em história.

O segundo capítulo refere-se à história da imprensa maringaense e à análise do *O Jornal de Maringá*, apresentando um pouco de sua história, as suas características no período em estudo e a análise das notícias relacionadas à educação, veiculadas pelo periódico dentro de um contexto histórico determinado temporalmente.

1. A IMPRENSA COMO FONTE DE PESQUISA

A imprensa é considerada fonte de pesquisa pela historiografia por oferecer informações sobre o cotidiano de determinados espaços e períodos, possibilitando a construção e reconstrução da história. Maria Helena Câmara Bastos (2002) considera a imprensa como fonte privilegiada para pesquisa histórica já que permite investigar os acontecimentos vivenciados no passado.

Tânia Regina de Luca (2011) esclarece que somente a partir de 1970 a imprensa é reconhecida como fonte para a pesquisa histórica. Nesse período, já havia estudos significativos sobre a história da imprensa no Brasil e começa-se a dar importância à escrita da história por meio da imprensa. Para a autora:

O estatuto da imprensa sofreu deslocamento fundamental ainda na década de 1970: ao lado da história da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica. (DE LUCA, 2011, p. 118).

A respeito da ação da imprensa na sociedade, Bastos preconiza que ela age como mediadora cultural e ideológica, promovendo uma ordem social de acordo com os interesses da camada dominante. A imprensa, apresentando

[...] um discurso carregado de intenções, constitui verdades, ao incorporar e promover práticas que legitimam e privilegiam alguns conhecimentos em detrimento de outros, produz e divulga saberes que homogeneizam, modelam e disciplinam seu público leitor. (BASTOS, 2002, p. 152).

No entanto, a imprensa como parte do cotidiano das pessoas não se materializa como veículo ideológico, levando em conta que o público leitor a utiliza como meio de apropriação de informações atuais, realizando leitura espontânea e prazerosa. Por isso, Bastos chama a atenção para o papel do pesquisador:

[...] cabe ao pesquisador fazer uma desmontagem do texto da imprensa – a fim de desvelar os significados, as contradições e as diferenças de forma e de conteúdo das falas que produz. Essa desmontagem significa análise do processo e das condições de sua produção/ construção, a partir dos discursos disponíveis [...] (BASTOS, 2002, p. 153).

Compreende-se que o pesquisador deve manter uma postura ética diante das fontes, analisando-as a partir da compreensão do contexto no qual foi produzido e do público leitor o qual se dirige. Diante de outros estudos utilizando jornais como fonte de pesquisa, Luciano Mendes de Faria Filho afirma que:

[...] o jornal foi visto como uma importante estratégia de construção de consensos, de propaganda política e religiosa, de produção de novas sensibilidades, maneiras e costumes. Sobretudo os jornais foram vistos como importante estratégia educativa. (FARIA FILHO, 2002, p. 134).

Nessa perspectiva, entende-se que a imprensa interfere direta ou indiretamente na vida dos leitores e também da sociedade como um todo, modelando o modo de agir, de pensar e sentir, enfim, construindo uma cultura homogênea. Por esse motivo, a imprensa como fonte de pesquisa revela que tipo de homem se deseja formar para a convivência social em cada período da história, levando à compreensão das estruturas da sociedade atual.

1.1 A IMPRENSA NO BRASIL

Os autores que tratam da história da imprensa no Brasil são unânimes em considerar que a imprensa no Brasil tem início com a chegada da família real portuguesa, marcando oficialmente o período colonial. Assim, é possível considerar que a história da imprensa brasileira se desenvolveu como parte da própria história do país. A imprensa possibilitou ao Brasil acompanhar as transformações que ocorriam, em grande parte, nos países da Inglaterra e Europa, o que influenciou a formação cultural do país, comprovando-se o seu teor educativo.

Isabel Lustosa (2003) trata da história da imprensa no Brasil apresentando o papel que ela desempenhou na sociedade como “educadora” de seu tempo e formadora de opinião. Para a autora, o primeiro jornal a circular no Brasil chamava-se *Correio Braziliense*, publicado por Hipólito da Costa em Londres na Inglaterra no ano de 1808. Fora do país e longe da censura real, essa forma de imprensa a circular no Brasil possibilitou a divulgação de notícias veiculadas em nível

internacional, mas principalmente a expressão do pensamento político de Hipólito e seus projetos para o país.

O próprio papel da imprensa naquele contexto era visto de outra maneira. Num tempo em que o acesso à educação era tão menos democrático, em que vivíamos a mudança do mundo a partir das ideias disseminadas pelo Iluminismo ao longo do século anterior, a imprensa se firmava como um importante difusor das chamadas luzes. Naquele contexto, o jornalista se confundia com o educador. Ele via como sua missão suprir a falta de escolas e de livros através de seus escritos jornalístico (LUSTOSA, 2003, p. 15).

De acordo com Lustosa (2003), Hipólito da Costa pretendia a formação de uma consciência liberal almejando o progresso social e material do Brasil, consolidar o desenvolvimento capitalista naturalizando os seus ideais. O objetivo do *Correio Braziliense* era “[...] informar os brasileiros do que se passava no mundo, para influir sobre seus espíritos direcionando-os no sentido das ideias liberais, para chamar a atenção para o caráter daninho do absolutismo [...]” (2003, p. 17).

Lustosa (2003) se refere à história da imprensa no Brasil apresentando o papel por ela desempenhado na sociedade, nas várias fases dessa história, como “educadora” de seu tempo e formadora de opinião. Para a autora, Hipólito da Costa marcou a história da imprensa brasileira tendo um papel relevante no processo de independência do país. Assim, “Vendo coroada de êxito a nossa independência, em 1822, Hipólito da Costa julgou encerrada a sua missão, parando de publicar o *Correio Braziliense* [...]” (2003, p.19-20).

Apesar de reconhecer Hipólito da Costa como fundador da imprensa brasileira, Lustosa (2003) revela que o surgimento da imprensa no Brasil se deu logo após a chegada de d. João, em 1808, com a *Gazeta do Rio de Janeiro*, o primeiro jornal oficial brasileiro. A imprensa oficial no Brasil então surge devido à necessidade de se divulgar notícias ligadas à coroa, sendo que qualquer outro tipo de impressão deveria passar pelos censores reais antes de circular pela sociedade.

Marco Morel (2007) compreende que, de uma forma geral, os estudos sobre a história da imprensa apresentam uma contraposição entre a *Gazeta do Rio de Janeiro*, como jornal oficial e o *Correio Braziliense*, como crítico do governo português. Porém considera que “[...] além desta evidente dicotomia

oposição/situação, existem convergências entre estes dois periódicos” (MOREL, 2007, p. 25).

Ressalta o mesmo autor que Hipólito da Costa transcrevia muitas das passagens da *Gazeta* sem contestá-las, principalmente notícias ligadas à coroa portuguesa já que se encontrava longe do país. Explica que a *Gazeta do Rio de Janeiro* se posicionou na defesa do liberalismo e da independência do Brasil antes do *Correio Braziliense*. Dessa forma, “Ambos faziam parte do mesmo contexto político e mental e, ainda que com diferenças, partilhavam um universo de referências comuns” (MOREL, 2007, p. 26).

Morel (2007) descreve resumidamente sua posição quanto à história da imprensa no Brasil:

A historiografia brasileira sobre a imprensa, mais particularmente sobre o surgimento dos periódicos em princípio dos oitocentos. A ênfase no atraso, na censura e no oficialismo como fatores explicativos e característicos destes primeiros tempos da imprensa não me parece, em termos analíticos, suficientes para explicar a complexidade e compreender as características de tal imprensa, gerada numa sociedade em mutação, do absolutismo em crise (MOREL, 2007, p. 26).

Para o autor, a imprensa surge do anseio de retratar os acontecimentos sociais do período que era de grandes transformações políticas, sociais e culturais, além da luta pela hegemonia de poder sobre a sociedade e, ao mesmo tempo influir sobre ela. Morel (2007) considera

[...] que o surgimento da imprensa periódica no Brasil não se deu numa espécie de vazio cultural, mas em meio a uma densa trama de relações e formas de transmissão já existentes, na qual a imprensa se insere (MOREL, 2007, p. 26).

De acordo com o autor, essa transmissão ocorria em espaços diversificados nos quatro cantos da sociedade do período: espaços públicos, associações secretas, família, etc., marcada por várias formas de comunicação.

Morel (2007) preconiza que é possível considerar a imprensa brasileira do século XIX como elitista já que, em maior parte, a transmissão ocorria oralmente devido ao analfabetismo. Ressalta ainda que a visão iluminista influenciou a imprensa escrita, mesmo sendo ela marcada por expressões não escritas. Por fim,

avalia que o estudo da imprensa contribui para a compreensão e transformação da sociedade.

Nelson Werneck Sodré (2011) também contribui com a discussão sobre a história da imprensa no Brasil em seus diferentes períodos. Destaca que no período colonial o Brasil não conheceu a universidade e nem a imprensa e isso significava de certa forma, uma proteção dos colonizadores para manter os colonizados em total domínio. No Brasil, como não havia ainda uma cultura própria, os colonizadores não tiveram problemas em impor a sua no processo de exploração.

Para Sodré (2011), os livros que entravam no Brasil eram fiscalizados pela polícia o que prova ter havido um controle do conteúdo lido pelos colonos. A maior parte dos livros chegava a navios e eram comercializados clandestinamente no cais pelos próprios marinheiros estrangeiros.

Todo material impresso passava por uma perícia e era necessária uma licença para poder circular. As livrarias e livreiros existentes passavam assim, por insistentes e severos confiscos com pena de prisão para os que não cumprissem a lei. Com essa forma de repressão os colonizadores estariam defendendo os seus interesses, impondo a sua cultura e impedindo que os princípios liberais de origem francesa influenciassem os colonos. De acordo com Sodré:

O intendente geral da polícia, Paulo Fernandes Viana, baixaria edital, a 30 de maio de 1809, determinando que os avisos, anúncios e notícias de livros à venda, estrangeiros ou nacionais, só fossem publicados depois da aprovação policial (SODRÉ, 2011, p. 34).

Sodré (2011) assevera que mesmo tomando todo cuidado, os colonizadores portugueses não conseguiram impedir que as ideias liberais francesas entrassem no Brasil em pequenas doses. Considera que com a chegada da corte joanina, a imprensa aqui existente destacava os “[...] acontecimentos europeus que caracterizavam o triunfo da burguesia” (SODRÉ, 2011, p. 36).

Para o mesmo autor, os colonizadores pretendiam dominar, e para isso, fazia-se necessário “educar” o povo impondo a sua cultura. Qualquer ideia contrária poderia ameaçar esse domínio, e por isso havia todo cuidado com a imprensa como veiculadora das ideias do movimento iluminista que ocorria nos países europeus.

A ignorância, realmente constitui imperiosa necessidade para os que exploram os outros indivíduos, classes ou países. Manter as colônias fechadas à cultura era característica própria da dominação. Assim, a ideologia dominante deve erigir a ignorância em virtude (SODRÉ, 2011, p. 39).

Para Sodré (2011), o primeiro jornal oficial foi a *Gazeta do Rio de Janeiro*, impresso na imprensa oficial, ou seja, na imprensa régia. Tratava-se de um periódico voltado exclusivamente aos interesses da coroa, não oferecendo qualidade no conteúdo impresso e veiculado.

O autor considera que no período colonial, o periódico de destaque foi o *Correio Braziliense*, produzido fora do Brasil por Hipólito José da Costa na fuga contra a censura da corte portuguesa. O *Correio Braziliense*, considerado o primeiro jornal publicado por um brasileiro circulou no período entre 1808 a 1822 no Brasil.

Sodré (2011) considera o *Correio Braziliense* como um jornal de caráter doutrinário já que veiculava ideias de liberdade e democracia as quais visavam à independência, exatamente o oposto da colonização e, por isso, sofreu incansável perseguição da coroa. Para Sodré (2011, p. 52), o *Correio Braziliense* não tinha nada de extraordinário além de ser pouco divulgado na colônia, como cita: “[...] é preciso frisar quão pouca seria a gente capaz de ler um periódico desse tipo, o doutrinário, no Brasil dos primeiros lustros do século XIX”.

Apesar de citar esses impressos como jornais do período colonial, Sodré (2011) considera que “O que existia era arremedo” de imprensa. Ressalta que

O atraso da imprensa, no Brasil, aliás, em última análise tinha apenas uma explicação: ausência de capitalismo, ausência de burguesia. Só nos países em que o capitalismo se desenvolveu, a imprensa de desenvolveu (SODRÉ, 2011, p. 53).

De acordo com Sodré (2011), no fim do período colonial, já no processo de independência, a impressão régia, chamada nesse período de tipografia nacional era regulada de acordo com a lei da liberdade de imprensa de 1822, ano da independência. Diante disso, não havia mais necessidade de censurar os ideais libertários já que a independência era o destino do país. No entanto, houve o estabelecimento de uma nova forma de censura voltado à defesa dos interesses dominantes. Para o autor:

A classe dominante, ao estruturar o seu aparelho de estado, mostrava que desejava conter a independência nos limites da preservação dos seus interesses [...]. Pretendia manter a estrutura colonial (SODRÉ, 2011, p. 73).

Sodré ressalta, ainda, que a imprensa ocupou lugar de destaque no movimento de luta pela independência do Brasil, entre eles os periódicos *Constitucional* e *Reverbero Constitucional Fluminense*, que conduziram as reivindicações em favor da independência.

No entanto, após a independência, houve um período de luta entre as forças políticas (liberais e conservadores) que desejavam o domínio sobre as leis que a população deveria obedecer. De acordo com Sodré:

A luta entre as forças que encontravam condições para emergir e desenvolver atividades políticas generalizou-se em todo o país, assumindo formas particulares em cada caso. O geral, do quadro, estava na autonomia e no grau de profundidade a que seria levada, uma vez que se tratava, agora, de constituir o aparelho de Estado: era problema de poder (SODRÉ, 2011, p. 139).

Em meio a esses conflitos, resistências e perseguições, o Brasil não pode ser considerado um país autônomo. A liberdade de expressão estava comprometida, o que dificultava o trabalho da imprensa. Sodré (2011, p. 139) destaca que: “[...] éramos muito menos independentes do que parecia, mesmo depois de 1822. E tudo isso se refletiria, naturalmente, na imprensa [...]”.

O autor ainda destaca que houve um esforço das províncias em manter a liberdade de expressão da imprensa. Assim, foram surgindo a partir da independência diversos periódicos, primeiramente nas principais províncias e mais tarde em outras cidades do país, sendo alguns de caráter conservador e outros liberais.

E na medida em que estes periódicos surgiam em meio à luta política entre os dois grupos, a liberdade de imprensa foi se estabelecendo, sendo este um momento de grandes conquistas na história da imprensa no Brasil. Para Sodré:

A fase da regência foi, realmente, um dos grandes momentos da história da imprensa brasileira, quando desempenhou papel de extraordinário relevo e influenciou profundamente nos acontecimentos (SODRÉ, 2011, p. 187).

De acordo com o autor, houve um aumento significativo na circulação dos jornais diariamente, sendo que no ano de 1832 já havia cerca de cinquenta jornais com denominações diversas, sempre obedecendo a uma orientação ou ideologia.

Para o autor:

A imprensa definia-se quanto à orientação, nos três campos, o dos conservadores de direita, embalados no sonho da restauração, o dos liberais de direita, que faziam papel de centro, e o dos liberais de esquerda [...] (SODRÉ, 2011, p.190).

Esse período foi marcado pela circulação, também, dos chamados pasquins, na segunda metade do século XIX. Diferente dos jornais diários, os pasquins eram informativos escritos somente por um autor e geralmente não passavam do primeiro número. Eram adquiridos na própria tipografia ou em livrarias sendo que a maior parte circulava de forma irregular. Apresentava uma linguagem informal e seu conteúdo defendia a liberdade e a democracia, tratando em grande parte da política.

Os pasquins confundiam-se com os jornais exatamente porque naquele período essas formas de imprensa não tinham características muito peculiares, devido à precariedade das técnicas utilizadas na imprensa. No entanto, Sodré (2011, p. 270) destaca que: “O papel do pasquim, na história da imprensa brasileira, foi, assim, muito ao contrário do que tem sido indicado, de inequívoca e fundamental importância”.

As análises de Sodré (2011) indicam que a partir da segunda metade do século XIX ocorreu um desenvolvimento nas técnicas de imprensa, além do surgimento da caricatura como recurso para a imprensa. Nesse período, os pasquins praticamente cessaram de circular.

Para Sodré (2011), a imprensa no período do império recebeu as características desse período já que havia por se estabelecer uma nova estrutura política.

Para esses tempos, para essa gente, para a estrutura nova que, pouco a pouco, firma-se e se consolida, a imprensa deve estar em suas mãos, deve servi-la, deve contribuir para a consolidação da estrutura escravista e feudal que repousa no latifúndio e que não admite resistência (SODRÉ, 2011, p. 273).

Porém, ao final da segunda metade do século XIX, a imprensa toma características populares na defesa das ideias abolicionistas e republicanas, o que possibilitaria o avanço no desenvolvimento do país. Sodré (2011) também faz referência, nesse período, ao desenvolvimento da imprensa literária brasileira, ou seja, a impressão e circulação de livros ou almanaques. Para o autor:

A primeira manifestação para ampliar a cultura impressa, ainda insipiente, esforço subordinado à deficiência das técnicas de impressão e resistência colonial do meio para comportar aquela ampliação, fez-se através dos almanaques, que se constituíram os livros de uso e consulta generalizados (SODRÉ, 2011, p. 358).

O mesmo autor destaca que a imprensa acompanhou as mudanças políticas ocorridas na sociedade e foi se desenvolvendo junto a ela. Surgiram inúmeros e grandes jornais além de escritores jornalísticos. Nas palavras de Sodré (2011, p. 392): “As inovações técnicas na imprensa prosseguirão em 1895, já os jornais definindo-se com estrutura empresarial: aquelas inovações e esta estrutura estão intimamente ligadas”.

Assim, no final do século XIX, após a consolidação formal da república, a pequena imprensa cede lugar à grande imprensa, agora como empresa jornalística. A passagem do século marca o início de uma nova relação do jornal com os leitores, e isso ocorre devido “[...] a ascensão burguesa, ao avanço das relações capitalistas” (SODRÉ, 2011, p. 406) que se encontrava em fase de desenvolvimento no país.

A imprensa como empresa assume um papel contraditório na opinião do autor, já que ora subordina-se ao poder do Estado, ora se opõe a essa subordinação. Por isso a “[...] compra da opinião da imprensa pelo governo torna-se rotina” (SODRÉ, 2011, p. 406).

Dessa forma, o início do século XX é o momento de reconhecer o grande salto da imprensa no Brasil, o que Sodré (2011) denomina como período da grande imprensa industrial. Como exemplifica:

Aos homens de letras, a imprensa impõe, agora, que escrevam menos colaborações assinadas sobre assuntos de interesse restrito do que o esforço para se colocarem em condições de redigir objetivamente reportagens, entrevistas, notícias (SODRÉ, 2011, p. 436).

A estrutura dos jornais, como se percebe, também se modifica para atender aos novos leitores. Para Sodré (2011, p. 574), todas essas transformações acabaram levando a uma crise da imprensa no Brasil em função da crise do capitalismo mundial. A esse respeito, o autor explica que: “A crise da imprensa brasileira, assim, tem identidade com a crise da imprensa capitalista no mundo [...]”.

Essa crise relaciona-se a produção gráfica industrial e se caracteriza pela necessidade de recursos que garantam seu funcionamento: de matéria prima, que nesse momento de crise encontram-se escassas e com alto preço, necessita dos recursos tecnológicos que são complexos à época, além de mão de obra especializada, quase inexistente.

Porém, Sodré (2011) ressalta que a crise de imprensa caracteriza um movimento de transição. Cita que:

[...] qualquer fenômeno ou processo que atravessa uma crise quando as formas antigas já não satisfazem ou não correspondem ao novo conteúdo, e vão sendo quebradas, sem que se tenham definido ainda plenamente as novas formas; as crises são, assim, próprias da fase de transição (SODRÉ, 2011, p. 574).

A respeito da liberdade de imprensa, o autor destaca que na sociedade capitalista esta liberdade é condicionada pelo capital e desta forma, “[...] a proteção contra a censura perdeu o interesse antigo, [...] as grandes empresas jornalísticas, no essencial, se autocensuram” (SODRÉ, 2011, p. 597). Isso acontece, sem dúvida, pelo controle de seu próprio conteúdo a ser veiculado que deve responder às demandas do capital.

Juarez Bahia (1990) elenca alguns dos principais jornais que circularam no Brasil, em diversas regiões e períodos. Para o autor, o primeiro jornal a circular em Minas Gerais foi *O Compilador* em Pernambuco, *O Diário de Pernambuco* ambos de 1823. Em 1935, *O Diário de Pernambuco*, já sob propriedade e direção de Manuel Figueiroa, se juntou ao *Diário da Administração Pública*.

No entanto, Figueiroa não se posicionou em favor do governo, apenas publicou os atos oficiais sem “[...] atrelar o *Diário de Pernambuco* ao partidarismo ou de fazer dele um ‘parazyto’ do governo” (BAHIA, 1990, p. 38). Para o autor:

Pernambuco, além da Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, S. Paulo e Maranhão, concentra uma intensa atividade política e social, econômica e financeira que vem da reação às colonizações portuguesa e holandesa, da fermentação revolucionária, da luta pela emancipação. O futuro decano da imprensa latino-americana atrai intelectuais de todas as tendências. *O Diário* testemunha as etapas do jornalismo e da tipografia desde o componedor e a caixa de tipos, a impressora rústica e a rama de ferro fundido, a linotipo e a rotativa à offset e ao computador (BAHIA, 1990, p. 39).

Em 1827 surgiu o *Jornal do Commercio*, no Rio de Janeiro, sendo considerado o jornal mais completo do Brasil no período imperial. Fundado por Pierre Plancher Seignot, o *Jornal do Commercio* substituiu o *Diário Mercantil* e o *Spectador Brasileiro*. Em 1829, surgiu o jornal *O Observador Constitucional* em São Paulo.

De acordo com Bahia (1990, p. 42), “Muitos jornais aparecem e fecham entre 1830 e 1854”. Em 1854 surgiu o *Correio Paulistano* que, próximo de completar um centenário apareceram na oposição *O Estado de São Paulo* e o *Diário de S. Paulo*, sendo estes os principais jornais paulistanos.

Para Bahia (1990), foram muitas as dificuldades encontradas nas províncias, tanto por jornalistas quanto pelos impressores. Isso ocorreu devido a dois fatores decorrentes até 1880: “A improvisação, associada ao partidarismo; e a tutela do poder político, que limita a liberdade de iniciativa e impõe pressões econômicas para aliviar ou calar opiniões contrárias”. (BAHIA, 1990, p. 43)

De acordo com Bahia (1990), a partir de 1880 a imprensa se consolidou no Brasil, com a passagem da tipografia artesanal para a industrial.

Desde logo a tipografia perde o seu caráter artesanal para situar-se numa linha de produção que exige aparelhamento técnico e manipulação competente. Editores de jornais percebem que, associando o título a um estabelecimento gráfico, resulta daí uma empresa jornalística industrialmente viável e economicamente rentável (BAHIA, 1990, p. 105).

Para Bahia (1990), houve uma mudança também no perfil dos leitores que se tornaram mais exigentes com relação ao conteúdo e aparência dos jornais. Nesse período de transição de império para república, o país passou por profundas mudanças no setor econômico, marcado pela transição do trabalho escravo para o

assalariado e, do sistema manufatureiro para o industrial. Nesse período também, “A imprensa se diversifica e se especializa” (BAHIA, 1990, p.37).

O mesmo autor destaca que:

Uma consciência dominante então é de que a imprensa deve situar-se num plano de interesse público, de identificação com os sentimentos de valorização da ordem jurídica, de aperfeiçoamento das instituições e de conquistas sociais voltadas para o indivíduo. Predominam os ideais positivistas, o publicismo assume caráter pedagógico (BAHIA, 1990, p. 108).

Em 1889, surgiu *A Imprensa* de Rui Barbosa e em 1891 o *Jornal do Brasil* de posse de Joaquim Nabuco, Sancho de Barros Pimentel e José Veríssimo. Após ter passado pelas mãos de diversos dirigentes, em 1918 o *Jornal do Brasil* passou a ser propriedade do Conde Ernesto Pereira Carneiro e, a partir de 1956, de sua viúva.

Para Bahia (1990), o *Jornal do Brasil* ao lado de *O Estado de São Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, estão entre os dez principais jornais da América Latina à circular no Rio e em São Paulo. Isso demonstra o grau de desenvolvimento da imprensa no Brasil na contemporaneidade.

É importante ressaltar nesse percurso histórico que existiram outras formas de manifestação da imprensa na sociedade, como, por exemplo, aquela voltada à classe operária no Brasil. A esse respeito, Maria Nazareth Ferreira (1988) descreve que a imprensa operária era feita pelos próprios operários como uma forma de organização social, na defesa de seus interesses e, geralmente, de forma clandestina.

A autora explica a imprensa operária em três momentos: a imprensa anarcossindicalista, no início do século XX; a sindical-partidária que ocorre desde a fundação do Partido Comunista Brasileiro; e a imprensa sindical no período pós-ditadura militar.

No primeiro momento, Ferreira (1988, p. 14) destaca que a imprensa operária tinha caráter reivindicatório sendo que seu objetivo consistia em “[...] politizar, informar, mas também, e principalmente, de organizar os trabalhadores brasileiros”. Entre o final do século XIX e início do XX, havia também a presença e circulação no Brasil de jornais estrangeiros, feitos por operários imigrantes deportados ou

refugiados por razões políticas. Esses jornais eram uma forma de organizar a classe de operários estrangeiros mantendo-os informados sobre os seus direitos.

No segundo momento, a partir da criação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, a imprensa passa por mudanças ligadas às mudanças estruturais da própria sociedade. Nesse período, os principais jornais ligam-se aos partidos políticos acreditando ser essa a possibilidade de “[...] triunfar sobre a burguesia: se o partido é a direção do proletariado, o jornal é o seu instrumento privilegiado de propaganda e conscientização” (FERREIRA, 1988, p. 32).

A autora destaca que os jornais da imprensa sindical-partidária, independentes de suas diferentes diretrizes, não perdiam o foco nos problemas da classe operária, apresentando o mesmo conteúdo, sendo que o jornalista pertencia a mesma classe.

No terceiro momento, após o golpe de Estado, em 1964, a imprensa operária é representada por uma imprensa sindical e, portanto, se difere das outras duas. Ferreira (1988) destaca algumas características da imprensa sindical: os jornais são produzidos em gráficas de propriedade dos sindicatos ou por outras empresas especializadas; o jornalista não é mais o operário, mas um funcionário do sindicato; apresenta, em grande parte, a posição dos diretores dos sindicatos deixando a desejar os problemas comuns aos trabalhadores.

A autora ressalta que a partir de 1980 ocorre um processo de modernização da imprensa operária. Isso acontece devido ao fortalecimento econômico dos sindicatos, então os mais fortes passam a produzir e distribuir os jornais em diversas regiões, havendo assim, um fortalecimento da organização dos trabalhadores.

Até aqui, houve um esforço para uma compreensão da inserção da imprensa no Brasil e seu desenvolvimento até a era da indústria jornalística no século XX, sem perder de vista o papel dela na sociedade. No seguimento, busca-se demonstrar como se deu o surgimento e o desenvolvimento da imprensa no Estado do Paraná e, na sequência, na cidade de Maringá, destacando o periódico *O Jornal de Maringá*.

1.2 A IMPRENSA NO PARANÁ

Oswaldo Pilotto (1976) traça um perfil da história da imprensa do Paraná contribuindo com os estudos sobre o desenvolvimento da imprensa no Estado. Para o autor, antes de o Estado ser reconhecido como província, recebia periódicos vindos de São Paulo, os quais informavam à Quinta Comarca de Curitiba sobre os atos do governo paulistano.

Entre esses periódicos, Pilotto (1976) destaca o *Paulista Oficial* de 1837 e *O Governista* de 1841, sendo este o órgão oficial do governo. Para o autor, a imprensa no Paraná teve início com a criação da província em 1853. O primeiro governo provincial, Zacarias de Góes de Vasconcelos determinou a criação da imprensa com a finalidade de publicar os atos oficiais. Assim, a imprensa nasceu junto ao Estado.

De acordo com Pilotto (1976), o primeiro jornal a circular na nova província foi *O Dezenove de Dezembro* em 1854 quando Cândido Martins Lopes, a convite do governador, montou uma tipografia em Curitiba. Pilotto (1976) ressalva que o artigo de apresentação do jornal *O Dezenove de Dezembro* trazia os objetivos de sua publicação:

[...] *O Dezenove de Dezembro* não hesita, pois, um momento na vereda que deve trilhar: o patriotismo tanto como o seu próprio interesse, traça-lhe em alto brado, o programma que, em sua carreira, longa, ou breve, próspera, ou não afortunada, cumpre-lhe desempenhar. Este programma é: informar o público, do procedimento do governo da província, e das diversas autoridades della, mediante a publicação de seus actosofficiais, apontar e discutir com a devida circunspecção as medidas que mais consentâneas forem do engrandecimento da província, acceitando nesse sentido, para à luz da imprensa, escriptos e informações de quem quer esteja no caso de lh'os ministrar, abstendo-se completamente de questões políticas(PILOTTO, 1976, p. 7-8).

Pilotto assevera, ainda, que em 1861 o presidente da província do Paraná, José Francisco Cardoso, desejando publicar sua indisposição política, solicitou duas colunas do *O Dezenove de Dezembro*. Porém Cândido Lopes não aceitou a sua proposta e acabou perdendo a renda que recebia para publicação dos atos oficiais. Diante da situação, o presidente criou em 1862, o *Correio Oficial*.

Pilotto destaca o surgimento de alguns periódicos no Estado: *Jasmin* de 1857, *Mascarado* de 1860, *O Clarim* e o *Constitucional* de 1861. Em 1867 ocorre o aparecimento da 'Imprensa Livre', marcando a imprensa curitibana.

A partir de 1884, *O Dezenove de Dezembro* passou a circular diariamente: "O *Dezenove de Dezembro* foi a primeira folha periódica que se publicou na província, justo seria que fosse ela a primeira que iniciasse a sua publicação diária"(PILOTTO, 1976, p. 15).

Em 1886 surge *A República* como órgão do Partido Republicano do Paraná, tendo por fundador Eduardo Mendes Gonçalves. *A República* circulou até 1930 e em suas últimas publicações contava com a direção de Romário Martins e Caio Machado, grandes jornalistas à época.

Já no período do regime republicano, Pilotto (1976) destaca que:

Entre os periódicos relacionados de 1889 e os que nesse ano circulavam, avultam, pelas suas manifestações face ao novo regime instituído a 15 de novembro, *A República*, que desde 1886 combatia os ditames imperiais [...].O Dezenove de Dezembro, que viveu dia por dia a atividade do Partido Liberal; Província do Paraná, oficialmente órgão Liberal; A Tribuna, do Partido Conservador [...]; em Paranaguá A Ordem que defendia os princípios do Partido Conservador; a Razão do Partido Liberal e Pátria Livre [...] (PILOTTO, 1976, p. 19).

Esses periódicos retratavam o quadro político do país no momento da proclamação da república, informando a população sobre as mudanças ocorridas na corte com o destaque na fase republicana do periódico *Quinze de Novembro*, tendo como redator Leôncio Correia, que colocava em dia todas as notícias relacionadas a proclamação da república, destacando os heróis do acontecimento político.

Em 1890 apareceu a revista *Club Curitibano*, com o objetivo: "[...] de pôr os sócios à par de seu movimento litterário e diversivo e concorrer para educar-lhes e elevar-lhes o espírito e o coração, a inteligência e o sentimento"(PILOTTO, 1976, p. 24).

De 1890, o *Diário do Paraná*, de Nestor Victor, deixava de circular e logo seria substituído pelo periódico *A Federação*, dirigido por Menezes Dória, Cunha Brito e Chichorro Júnior. *A Federação* apresentava uma linguagem agressiva e polêmica e, por isso, logo foi fechado junto ao jornal *Século* de Paranaguá no período da

Revolução Federalista. O autor destaca ainda, no ano de 1891, o surgimento de *O Guarany* com Silveira Neto, Augusto Stresser, Basílio Costa e Antônio Braga, como redatores.

De acordo com Pilloto (1976), alguns periódicos surgiram em Paranaguá: *Gazeta do Commercio* e a *Voz da Escola* em 1891. Em 1892 surgem três periódicos em Curitiba para atender as correntes imigratórias. Ainda na capital, surgem: *O Democrata*, *Correio de Debates*, *Voz do Povo*, entre outros. No mesmo ano Paranaguá recebe: *O Abano*, *O Pharol*, *O Tempo* e *A Sentinela*.

Pilotto (1976) enfatiza que em 1893 surge o primeiro periódico de Ponta Grossa, denominado *Campos Gerais*. Em Guarapuava aparece *O Guayra*, *Treze de Maio* e *Jornal das Crianças*. Também destaca no ano de 1894, *Recreio Familiar*, *Correio do Paraná* e *Estado do Paraná* como órgão do Partido Republicano. Além desses, *Cidade de Curitiba* em 1895 e *O Sapo*, em 1898, de caráter literário.

Para o autor,

Entre 1897 e 1898 foram publicados em Curitiba nada menos que trinta periódicos. [...] Entre os órgãos noticiosos destacam-se, dessa época, a *Ordem e Município*, *Jornal do Commercio*, *O Pharol*, *Literário*, *A Penna* [...] (PILOTTO, 1976, p. 30).

O autor referencia o ano de 1899 ao surgimento do *Diário da Tarde* que manteve período de longa circulação. Além desse jornal, nove periódicos surgiram no mesmo ano, contando com a *Tribuna do Paraná*.

De 1894 a 1899, diversos periódicos surgem no interior do estado, em Paranaguá, Antonina e Guarapuava. Já no ano de 1900 o primeiro periódico foi *O Operário* e, após, *O Commercio*, pertencente à Associação Comercial do Paraná. Também surgiram folhas relacionadas à religião espírita, católica e evangélica, à maçonaria, além de outras pertencentes ao setor médico, literário e humorístico.

Cabe destacar no setor educacional o surgimento do periódico *A Escola*, em 1906, pertencente ao Grêmio dos Professores Públicos do Estado do Paraná, com redação de Sebastião Paraná e também *Escola Republicana*, ambos com o objetivo de edificar a educação dos paranaenses.

De acordo com Pilotto (1976), os periódicos que se destacaram na primeira década do século foram: *Correio do Povo*, *Estado do Paraná*; *Commercio de Curitiba*; *O Estudo de Ponta Grossa* e *O Escalpello e Rouxinol*, ambos da Lapa.

Em 1911 surge o *Fanal* e, em 1912, *Pátria Lar* e *Commercio do Paraná*. A partir de 1915 apareceram revistas especializadas nas principais cidades do Estado, como a *Revista do Espiritualismo*, *Paraná Médico*, *O Milho*, entre outras.

Na imprensa noticiosa surgem diversas folhas tratando em sua maior parte dos acontecimentos políticos do país. Em 1919, ganha destaque o periódico *Gazeta do Povo*, de Benjamin Lins:

A *Gazeta do Povo* foi sempre uma escola de jornalismo. Muitos moços adquiriram a prática e o hábito das lides de imprensa. Isto porque a redação do jornal tinha sempre uma mesa livre para receber o rabiscador de notícias sociais ou mesmo de outro caráter. (PILOTTO, 1976, p. 46).

Também é de 1919 *O Proletário*, periódico vinculado à União Operária do Paraná, com o intuito de “[...] ser o guarda avançado dos direitos das classes obreiras do Estado” (PILOTTO, 1976, p. 47).

Para Pilotto (1976), conforme as cidades paranaenses foram se desenvolvendo, surgiam diversas folhas tanto na capital como no interior. Esses periódicos de uma forma geral estavam ligados à política, já que o momento vivido pelo país era de tensão política. Assim, o ano de 1930 foi marcado como um ano de revolução também na imprensa no sentido da expressão do pensamento político. Desaparecia *A República* de Curitiba e o *Diário Oficial* deixa de ser publicador dos atos do governo. Em meio a ameaças, alguns periódicos veiculavam notícias de um breve reestabelecimento do regime republicano no país, enquanto outros defendiam que a revolução faria justiça e não vingança. Esses periódicos se posicionavam ora na defesa, ora na crítica à revolução de 1930.

Em Curitiba, apelando para os princípios de ação política, social e cultural, D' Almeida Víctor e A. Vaz da Silva fazem sair, a 27 de maio de 1935, ‘Estado do Paraná’, e informam que lhes deu a compreensão da necessidade de um jornal, a falta de uma tribuna livre, sem escravização dos apadrinhamentos e das gorjetas e sem o acovardamento ante as caretas dos poderosos (PILOTTO, 1976, p. 59).

O autor também ressalta o início de uma nova fase na imprensa, inaugurada com o surgimento de periódicos de cunho científico e cultural em algumas cidades do Paraná, ligados à divulgação de conhecimentos de diversas áreas, tais como: medicina, história e geografia, engenharia, agronomia, entre outras.

Nos anos de 1940, a imprensa paranaense encontrava-se pressionada pelas exigências do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que era responsável pelas publicações, padecendo, assim, de uma crise na liberdade de imprensa. Somada às mudanças políticas ocorridas no Brasil nesse período, o que resultou na deposição do presidente Getúlio Vargas em 1945, a crise de imprensa levou a um desinteresse na publicação de periódicos.

Embora a inauguração de novos órgãos de imprensa tivesse arrefecido no período, Pilotto (1976) cita algumas folhas que surgiram a partir de 1940 nas principais cidades do estado retratando a política nacional: *Jornal do Paraná* em Ponta Grossa; *Correio do Paraná*, *Correio Norte* e *O Estado* em Londrina; *Diário do Paraná*, *Diário Popular*, *Resistência* e *O Estado do Paraná* em Curitiba; *Folha do Oeste* em Guarapuava. Percebe-se que os periódicos de destaque circulavam nas principais cidades do Estado, com maior número e títulos na capital paranaense.

2. A IMPRENSA EM MARINGÁ

A história da imprensa na cidade de Maringá está articulada ao processo de desenvolvimento da cidade, considerado desde os anos iniciais da sua fundação. As fontes para a pesquisa sobre a história local, e mais precisamente sobre a história da imprensa, são praticamente escassas devido a fatores culturais forjados ao longo desse desenvolvimento, cujo ápice foi a não criação de uma prática de resguardo da memória histórica da cidade.

Para France Luz (2001) Maringá, uma das principais cidades do norte do Paraná, está situada numa posição geográfica privilegiada:

Em virtude de sua privilegiada situação geográfica, Maringá tornou-se desde logo um dos principais núcleos urbanos fundados pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. É circundada por terras férteis e próprias para o cultivo do café, com uma área agrícola de influência de mais de 300.000 alqueires. (LUZ, 2001, p. 123).

A cultura do café tornou-se a atividade econômica mais forte da cidade desde o início da colonização, atraindo produtores de diversas regiões do país. Conforme Osvaldo Reis (2007), no ano de 1942 deu-se o lançamento da pedra fundamental de Maringá pela Companhia de Terras Norte do Paraná, empresa formada para colonizar as terras do Norte do Paraná.

De acordo com José Hilário (1995), a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná originou-se da *Sudan Plantations*, empresa de um grupo de ingleses que investiram em terras brasileiras inicialmente para a cultura do algodão. Com a atuação do inglês Artur Thomas, houve o interesse em colonizar as terras localizadas no norte do Paraná, havendo, assim, negociações entre os ingleses e o governo do estado. Para isso, em São Paulo foi decidido pelos diretores da empresa a fundação da Companhia de Terras Norte do Paraná, que atuaria sob a direção de João Sampaio:

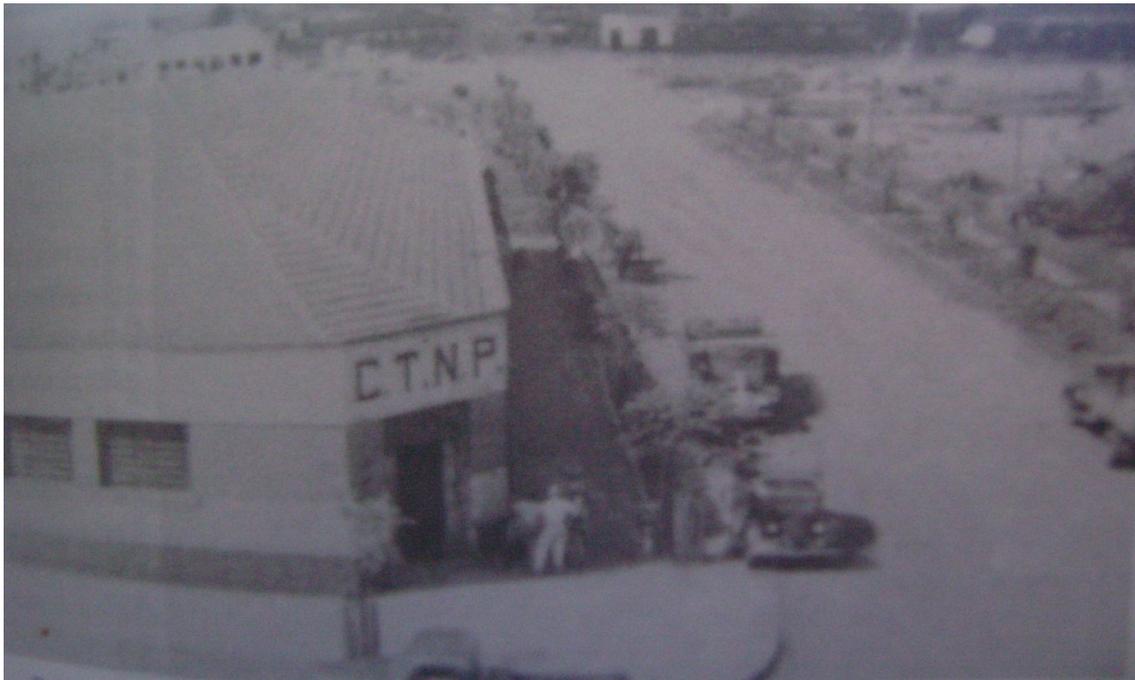
A Companhia começa a dedicar-se intensamente na colonização das terras situadas na margem esquerda do Paranapanema, entre os rios Tibagi e Ivaí, aceitando a proposta que em 1924 lhe fizeram os acionistas da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, por intermédio do engenheiro Gastão de Mesquita Filho, funcionário recém

contratado por Barbosa Ferraz para orientar a construção da estrada de ferro. (HILÁRIO, 1995, p. 276).

O autor também destaca que no ano de 1928 os ingleses cessaram o cultivo do algodão no Brasil, então localizado no estado de São Paulo. Alguns anos depois, na década de 1930, a Companhia foi comprada por um grupo de brasileiros que dividiram as ações da empresa, porém Artur Thomas continuou trabalhando nela.

José Hilário (1995) anota em sua obra que a empresa colonizadora de Maringá realizou a venda dos lotes e facilitou a urbanização planejada da futura cidade. Ressaltou também o papel dos pioneiros, os “desbravadores”, na construção de Maringá, além de descrever a ação da Companhia Melhoramentos em Maringá a partir de 1942, quando então passou para as mãos de brasileiros. Luz (2001) destaca que a partir de 1938 já havia moradores na parte rural de Maringá, já que as vendas iniciaram pela companhia em Londrina ou Mandaguari.

Prédio da Companhia de Terras Norte do Paraná em 1949



Reprodução de Ademar Schiavone (2004, p. 55).

Reis (2007, p. 38) relata que no ano de 1942 é aberta a “[...] primeira grande picada”, posteriormente denominada Avenida Brasil, que ligava as extremidades do chamado Maringá Velho e o Maringá Novo. Nessa avenida viria a se concentrar

grande parte do comércio maringaense. Também nessa data é inaugurado o primeiro hotel da cidade, o Hotel Campestre, que posteriormente passou a ser chamado de Hotel Maringá e hoje é denominado Hotel Bandeirante, cujo prédio é tombado pelo Patrimônio Histórico de Maringá.

Hotel Maringá em 1942



Reprodução de Ademar Schiavone (2004, p. 10).

De acordo com Luz (2001), houve nesse período ampla expansão agrícola devido à construção da estrada de ferro de Maringá até Guaíra. Também salienta que de 1938 a 1942 foram vendidos pela companhia em torno de 12,2% das propriedades rurais que dariam início à formação da cidade:

A companhia oferecia aos compradores os lotes já delimitados e providos de uma via de acesso. Normalmente a compra era feita em Londrina ou Mandaguari e os corretores acompanhavam os compradores até os lotes, a fim de que verificassem a sua localização e condições (LUZ, 2001, p. 124).

Reis (2007) assevera que a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná pensou para Maringá uma cidade planejada devido sua localização central no estado. Dessa forma, no ano de 1943 contratou o urbanista Jorge de Macedo Vieira para projetar Maringá:

O urbanista Jorge de Macedo Vieira, contratado pela Companhia melhoramentos para projetar Maringá, morava em São Paulo e nunca esteve na cidade. Seu projeto foi feito em 1943, quatro anos antes de Maringá ser oficialmente fundada. (REIS, 2007, p. 39).

Nota-se o interesse da colonizadora em fazer de Maringá uma cidade de liderança regional, assim como Londrina, à época. Para Luz (2001), o primeiro núcleo em que se iniciou o povoado na cidade foi o Maringá Velho, porém a Companhia não pretendia fazer dele o núcleo definitivo e central. Acreditava que o centro deveria estar próximo da estação ferroviária.

Dessa forma, Luz (2001) destaca que houve a expansão da cidade com o núcleo Maringá Novo e o aumento da população. Salienta que apesar de ser uma cidade em fase de colonização, havia um clima favorável a convivência familiar dos pioneiros, mesmo sendo estes pertencentes a diferentes lugares e classes sociais:

Pode-se afirmar que se formou um núcleo ordeiro, voltado para o trabalho e composto de famílias bem constituídas, Os casos de desordens, desrespeitos às leis e crimes eram considerados exceções [...] (LUZ, 2001, p. 133).

O crescimento populacional proporcionou o surgimento de lideranças políticas na pequena cidade (LUZ, 2001). Entre eles, os primeiros foram Ângelo Planas e Napoleão Moreira da Silva, sendo os dois comerciantes:

[...] esse prestígio advinha do fornecimento de gêneros alimentícios que eles faziam aos peões que, sob as ordens de João Tenório Cavalcanti derrubaram a floresta e realizaram as queimadas. Eram 800 homens [...] que precisavam ser alimentados [...] (LUZ, 2001, p. 134).

Ressalta a autora que, mesmo antes de Maringá tornar-se distrito de Mandaguari, já possuía dois partidos políticos, o PSD e a UDN, e mais tarde surgiram o PSP e PTB, definindo assim as bases políticas da cidade em desenvolvimento que, a partir daí, foi sacudida por muitas disputas político-partidárias em busca do poder de mando local.

O futuro município foi planejado em seus mínimos detalhes, como descreve Luz (2001), sendo uma das provas de que Maringá seria a cidade promissora do futuro, de acordo com os seus traçados aspectos modernizadores:

A planta da cidade previu a conveniente localização dos bairros, determinando-lhes previamente a função: residencial, residencial popular, industrial, operário, de armazéns (com desvios ferroviários), etc. (LUZ, 2001, p. 135).

Vista aérea da cidade (Avenida Brasil) em 1955



Reprodução de Ademar Schiavone (2004, p. 15).

Assim, em 1947, Maringá teve sua fundação formalizada e em data posterior foi declarada município, emancipando-se do distrito de Mandaguari:

[...] Maringá teve a sua fundação em 10 de maio de 1947 como distrito de Mandaguari, subordinado à comarca de Apucarana. Em 14 e dezembro de 1951, Maringá foi elevada a categoria de município [...] quando foi sancionada a lei Nº 790, de 4 de novembro de 1951 pelo governo Estadual (HILÁRIO, 1995, p. 307).

De acordo com Reis (1996), em seu início, o crescimento da cidade se deu principalmente em função do “surto cafeeiro” que acelerou a economia de forma surpreendente. Após esse período de “ouro” do café, iniciou-se a produção de diversos insumos que também se destacaram no setor agrícola da cidade, visto que as terras eram caracterizadas pela alta produtividade.

Vista da cidade (Avenida Brasil) em 1966



Reprodução de Ademar Schiavone (2004, p. 120).

Em uma seção especial de *O Jornal de Maringá* denominada *Repórter Mirim da Semana*, publicada em 24 de fevereiro de 1963, de autoria de J.E. Moreira encontra-se um panorama da cidade quando esta comemorou quinze anos. A descrição permite auferir como a imprensa da época a via, ao mesmo tempo em que marcou o estágio de desenvolvimento por qual passava a cidade:

Maringá, cognominada 'Cidade Menina', dia a dia está crescendo. De população e de residências. Está se tornando uma das cidades mais faladas dentro do território paranaense. E também do Brasil todo. Quem está contribuindo para isto é o primeiro mandatário do município, Dr. João Paulino, que com dinamismo tem lutado muito para que Maringá se desenvolva cada vez mais. Exemplo disso vemos em vários setores da nossa cidade, como: A realização de meios fios, o asfaltamento de várias avenidas e ruas, além da rodoviária que foi concluída no governo de nosso atual prefeito. A rodoviária sem dúvida embelezou mais ainda o centro de nossa cidade.

Há em Maringá muitos clubes, rádios emissoras, 3 cinemas, 3 jornais diários e também diversas praças das quais temos 3 que são dignas de uma cidade que está se projetando tanto.

São elas: Praça Napoleão Moreira da Silva doada pela Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, que muito bem tem contribuído para o embelezamento de nossa cidade. Praça Raposo Tavares, bem no coração da 'Cidade Menina' e finalmente a Praça Don Pedro II, em frente ao Grande Hotel.

É Maringá grande produtora de café. Possui muitos bancos, máquinas beneficiadoras, oficinas e comércio intenso e próspero. Quanto à educação, possui muitas escolas de cursos primários, secundários e inclusive uma faculdade.

Maringá, com quinze anos de fundação, floresce esplendidamente. Suas terras férteis conduzem-na pelo caminho do progresso (O JORNAL DE MARINGÁ, 24 de fevereiro de 1963, p. 1).

Praça da rodoviária em 1954



Reprodução de Ademar Schiavone (2004, p. 63).

Reis (1996) destaca que o primeiro prefeito eleito no município de Maringá foi Inocente Villanova Júnior, pelo PTB, para o mandato entre 14 de dezembro de 1952 a 14 de dezembro de 1956 (neste período ainda não existia vice). Em sua atuação como prefeito, Inocente empreendeu grandes conquistas para a população que carecia dos serviços públicos básicos. Houve em seu mandato a construção de 71 escolas municipais, inclusive escolas noturnas, ficando ele conhecido como o

'plantador de escolas'. Nesse período de primeira gestão, houve o estabelecimento de *O Jornal* como órgão oficial do município no dia 4 de novembro de 1954.

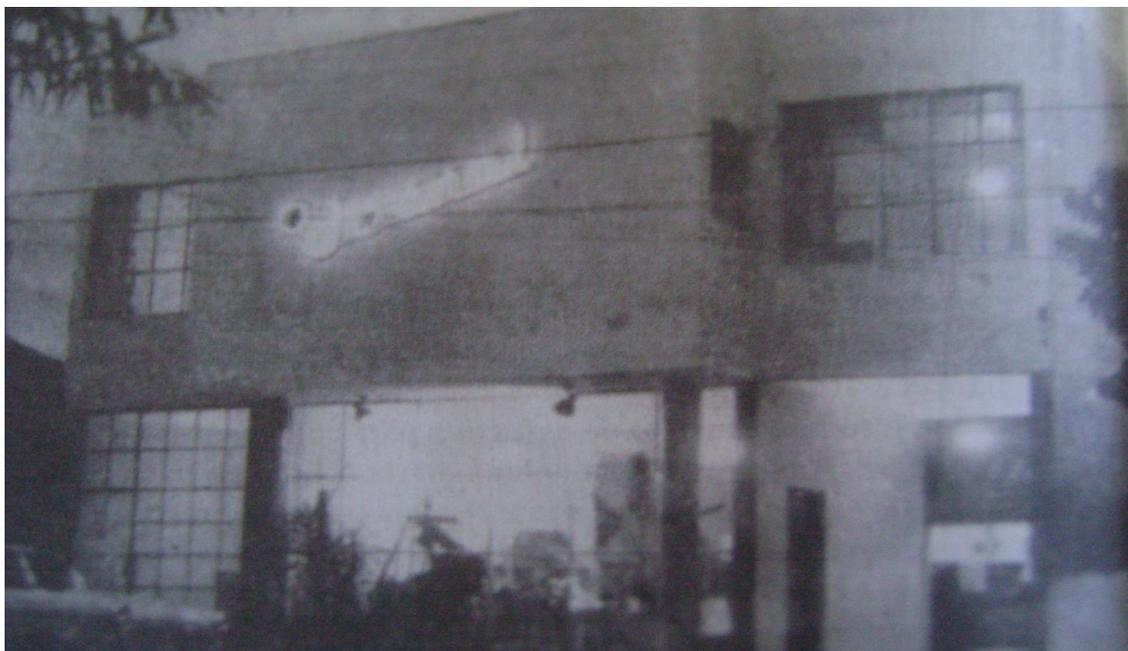
A imprensa foi estabelecida em Maringá no ano de 1950, tendo participado ativamente do desenvolvimento da cidade. Avelino Ferreira, tipógrafo em Marília, veio para a cidade especialmente para inaugurar, nesse mesmo ano, o *Jornal*. A primeira edição, do primeiro órgão de imprensa na cidade de Maringá, saiu com uma tiragem de 30 exemplares (REIS, 2004):

Imprimia, sozinho, com luz de lampião e motor a gasolina, nas máquinas impressoras alugadas do senhor João de Oliveira, proprietário da tipografia Maringá, provavelmente a primeira tipografia da cidade (REIS, 2004, p. 92).

Com dificuldade financeira, o *Jornal* logo encerrou as suas atividades. Porém, depois de algum tempo passa a ser dirigido por Caetano Ferreira, irmão de Avelino, passando a ser denominado *Maringá Jornal*.

O *Jornal* volta em 1953 com o nome original e sob a direção de Samuel Silveira e Ivens Lagoano Pacheco. Já para Antenor Sanches (2010, p. 24), nesse ano é criado *O Jornal*, por Samuel Silveira e Ivens Lagoano Pacheco que em 1957 passa a ser denominado *O Jornal de Maringá*. Nota-se que as versões sobre a história da cidade nem sempre são iguais, porque, em sua maior parte, se trata das memórias de alguns pioneiros.

Sede de O Jornal de Maringá em 1961



Reprodução de Ademar Schiavone (2004, p. 118).

Depois do primeiro jornal, surgiram nos anos seguintes *A Hora*, de Aníbal Goulart Maia; *A Tribuna de Maringá*, de Manoel Tavares; *A Folha de Maringá*, de Antenor Sanches; *O Correio de Maringá*, de J. A. Correia Júnior; *A Folha do Norte do Paraná*, de Dom Jaime Luís Coelho; *O Jornal do Povo*, de Verdelírio Barbosa; e *Hoje Notícias*, de Samuel Levi Ferreira.

Além desses jornais, Reis (2004, p. 92) cita outros: *O Diário do Norte do Paraná*, fundado por Joaquim Dutra em 1971 e que atualmente é dirigido por Frank Silva, sendo considerado o primeiro jornal impresso em cores; *O Correio da Cidade*, de Carlos Alberto de Paula; entre outros que o autor considera como espécies de “pasquins” que circulam por algum período.

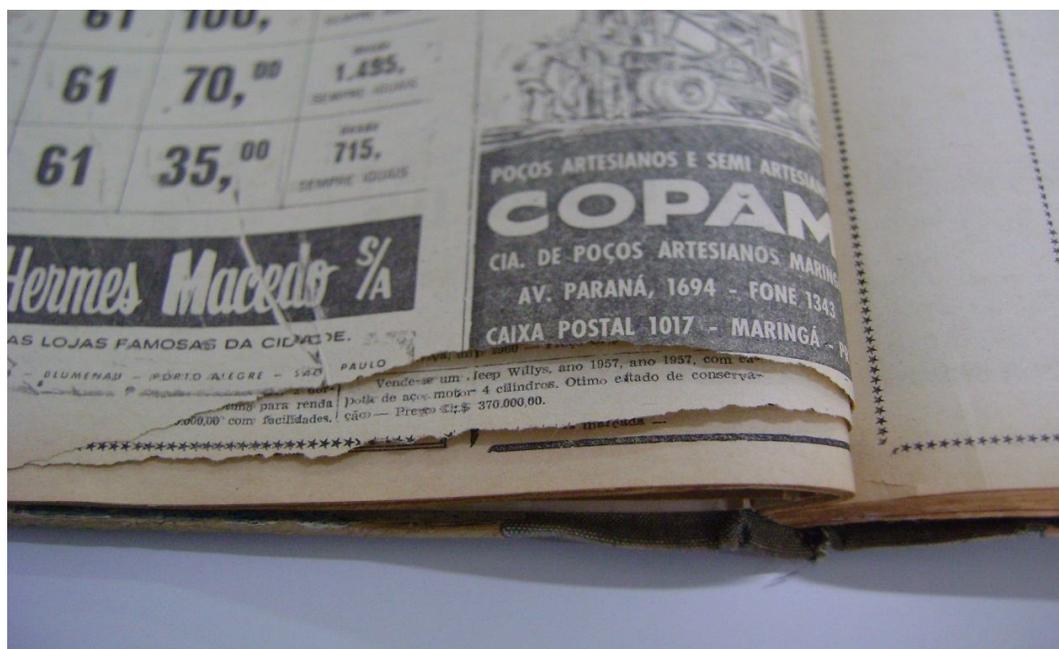
É importante destacar que as reduzidas bibliografias encontradas sobre a história de Maringá constituem-se em grande parte de memórias de pioneiros e, por isso, trata-se de olhares diferenciados ou até mesmo contraditórios sobre a formação da cidade. Percebe-se nessas memórias a defesa de partidos políticos e de pioneiros, que ora são vilões, ora são heróis. Por isso, há a necessidade de

descrição da história de Maringá pelo crivo da ciência, o que poderá contribuir com pesquisas posteriores.

2.1 O JORNAL DE MARINGÁ

Antes de apresentar um pouco da história de *O Jornal de Maringá*, é importante ressaltar que apesar da possibilidade de manuseio dessas fontes históricas no acervo de periódicos da Biblioteca Pública Municipal de Maringá, encontram-se elas em situação bastante delicada devido ao rigor do tempo e das condições de conservação, principalmente nos documentos mais antigos.

Também se percebe a falta de alguns números de jornais e de páginas de periódicos, que, conforme informações recebidas na biblioteca, não receberam adequada conservação e foram descartados por funcionários que passaram pela instituição, ou mesmo períodos em que a biblioteca não recebeu doações. Assim, neste trabalho não foi possível abarcar todas as fontes disponíveis para análise, fato que demonstra ser Maringá, uma cidade admirada, alheia à uma cultura de valorização das mais variadas fontes de construção de sua história e desinteressada, em termos de projeto político, em guardar a memória de sua fundação e posterior desenvolvimento.



O JORNAL DE MARINGÁ, 14 de janeiro de 1961, p. 5.

De acordo com Geraldo Altoé (2007), *O Jornal* foi fundado pelo radialista Samuel Silveira. Vindo de São Paulo, chegou à cidade disposto a criar a primeira rádio, denominada Rádio Cultura de Maringá. Esse fato o alçou à condição de pioneiro em comunicação na cidade:

[...] em 1949, Samuel iniciou os trabalhos para conseguir um Canal de Ondas Médias para Maringá e, em 15/06/51 era inaugurada a RÁDIO CULTURA DE MARINGÁ, que funcionou com um conjunto gerador, pois na cidade não havia energia elétrica. Maringá era ainda distrito de Mandaguari. (ALTOÉ, 2007, p. 94).

Alfredo Nyfiller, gerente da Companhia, e sua esposa realizaram esforços para a instalação da emissora em Maringá, a ponto de construírem um prédio para seu funcionamento e darem o apoio necessário à consolidação do empreendimento.

Em 1953, Samuel Silveira fundou *O Jornal* pela “[...] necessidade de registrar os fatos que fariam a história de Maringá”. Após o ano de 1957 o jornal passa a ser denominado *O Jornal de Maringá*, (ALTOÉ, 2007, p. 94), demonstrando um monopólio nos primeiros meios de comunicação da cidade. Assevera Pasquini que:

É preciso atentar para o fato de que o jornal e a rádio, Rádio Cultura de Maringá, eram do mesmo proprietário. A programação diária dos programas radiofônicos era divulgada pelo periódico, o que indica a

forte influência ideológica sobre a cidade por parte do grupo que detinha o monopólio da mídia escrita e falada.(PASQUINI, 2009, p. 22).

A seção *Expediente*, no dia 5 de junho de 1960, na página 2 trazia Samuel Silveira como fundador. Por diretor, proprietário e responsável Ivens Lagoano Pacheco, publicidade de Nelito Chagas e redatores: José Zimmermann, Tulio Vargas, J. Mello, Adhemar Schiavone, Frank Vieira e Antenor Sanches.

O jornal localizava-se na Rua Aquidaban, 2210.A oferta de assinaturas era ao custo anual de Cr\$800.00; semestral, Cr\$450.00; diário, Cr\$4.00; aos domingos, Cr\$5.00 e atrasado Cr\$10.00 e na mesma seção avisava: “A direção não se responsabiliza pelos conceitos emitidos em artigos assinados. Não devolveremos originais, quer sejam publicados ou não. Não assumimos compromissos políticos com nenhum partido”.

Jornal de Maringá
 O DIÁRIO DE MAIOR TIRAGEM DE ROLÂNDIA AS BARRAÇAS DO RIO PARANÁ

ooo
EXPEDIENTE
 Fundador: Samuel Silveira
 Diretor Proprietário e Responsável:
 Ivens Lagoano Pacheco
 Redação, Administração e Oficinas:
 Rua Aquidaban, 2210 (Prédio e Clichêria Própria)
FONES:
 Direção: 1238 - Redação: 1975 - Publicidade: 2000

ooo
REDATORES:
 Antônio Zimmermann, Tulio Vargas, J. Mello, Adhemar Schiavone, Frank Vieira e Antenor Sanches.

PUBLICIDADE:
 Nelito Chagas
 Agência de Rua de Leme: J. M. Ferreira — Rua Santa Izilda, 1723 - Conj. 585
 Telefones: 32-6073 - 42-6004 e 42-7073
 Agência em São Paulo: J. M. Ferreira — Rua São de Abril, 422 - Conjunto: 32
 Telefone: 35-6655
 Agência em Curitiba: F. M. Teixeira - R. Br. Maricá, 706 - S/ 503 - Ed. Riofay - Fone: 4-780

ASSINATURAS
 Um ano Cr \$ 1.000,00
 Seis meses Cr \$ 600,00

VENDA AVULSA
 Número do dia Cr \$ 5,00
 Aos domingos Cr \$ 6,00
 Atrasado Cr \$ 10,00

AVISO
 A Direção não se responsabiliza pelos conceitos emitidos em artigos assinados. Não devolveremos originais, quer sejam publicados ou não. Não assumimos compromissos políticos com nenhum partido.

O JORNAL DE MARINGÁ, 5 de junho de 1960, p. 1.

Observa-se que nem todos os números traziam a seção *Expediente* e nem repetiam os dados da fundação do jornal. Na edição de 5 de maio de 1960, primeira

página, vê-se informações diferentes dos primeiros números do jornal: “Diretor: Ivens Lagoano Pacheco; Diário matutino fundado em 5 de abril de 1953”.

As edições analisadas a partir de 1960 apresentam uma organização muito parecida com a dos dias atuais. Porém, o fato que chama a atenção é a ligação do jornal com a política, ou seja, a defesa de certos partidos políticos, apesar da direção do jornal afirmar que não tinha compromisso político e partidário.



O JORNAL DE MARINGÁ, 1 de maio de 1962, p. 2-3.

Entretanto, a imprensa, no intento de veicular ideias na defesa dos interesses dominantes, no decorrer de sua história demonstrou o poder de atingir propósitos com a capacidade de manipular consciências e conseguir adeptos às causas que defende. Para Altoé (2007), a comunicação pode ocorrer de forma individual e social ou coletiva, esta última denominada também de comunicação de massa, sendo a imprensa partícipe desta. Dessa forma, entende que:

A vida física e mental do homem é atingida em maior ou menor profundidade pela comunicação de massa que pretende colocar as coisas e os fatos num plano comum, ou seja, a comunicação de massa transforma os fatos numa espécie de condomínio de entendimento ou uma compreensão coletiva. [...] os objetivos da comunicação são três: informar, persuadir e divertir. Por isso, devem estar estruturados de tal maneira que possam evitar, seja a dominação

dos interesses particulares, sejam as excessivas exigências das autoridades. (ALTOÉ, 2007, p.33).

Na sociedade capitalista, a comunicação em todas as suas formas é um meio de persuadir a camada que se quer explorada, almejando manter o modelo de organização social. A esse respeito, Altoé alerta para o fato de que:

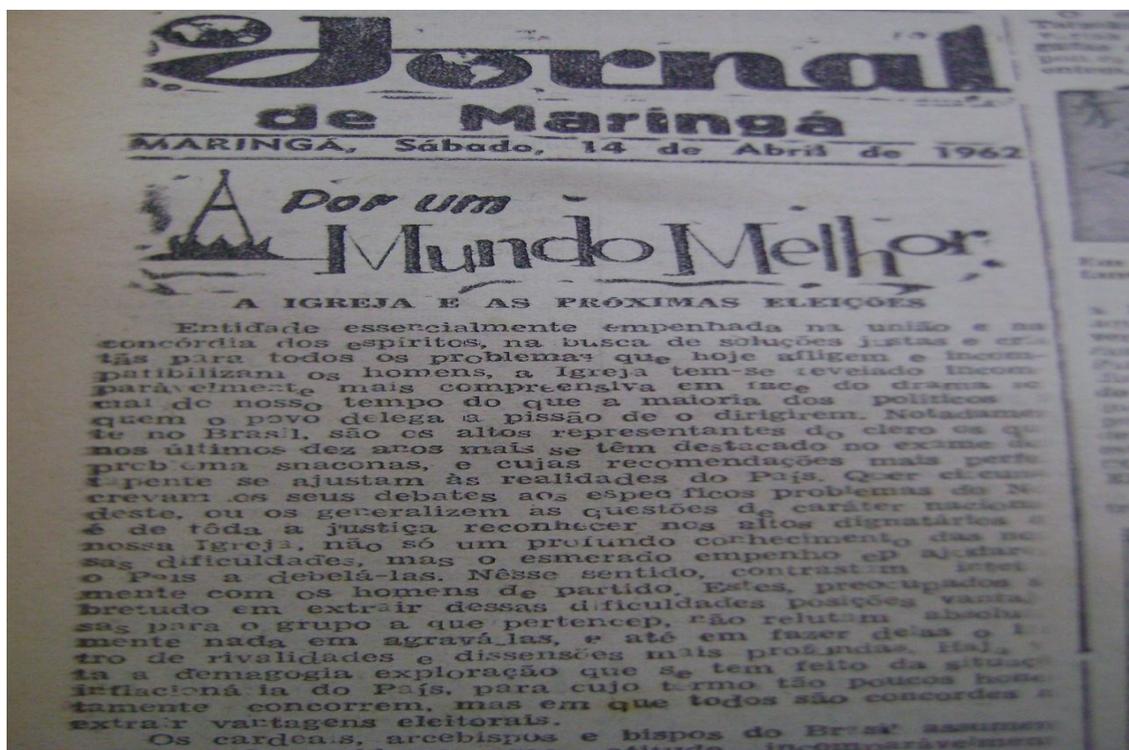
[...] os meios de comunicação, nos dias de hoje, são muito mais que veículos jornalísticos; são fatores de influência sobre o homem e a sociedade, tendo por isso alta responsabilidade social. Eles têm o poder de difusão e preservação cultural, manutenção ou destruição de valores, funcionando como meio ou reflexo de mudanças sociais profundas. (ALTOÉ, 2007, p. 31).

Esta posição de Altoé (2007) demonstra o poder dos meios de comunicação, não só na atualidade, mas desde suas origens, em influenciar opiniões e fazer aliados às pretensões dos grupos políticos em disputa. A partir disso, pode-se afirmar que o caráter da imprensa maringaense não passou longe dos meios de comunicação de massa em sua aspiração de construir/destruir valores na sociedade na defesa de seus ideais.

O que se percebe no *O Jornal de Maringá* é a veiculação de ideias conservadoras, do pensamento da elite formada pelos pioneiros que pretendiam tornar Maringá uma cidade de destaque no estado, porém submissa aos interesses particulares. Para Pasquini (2009), *O Jornal de Maringá* veiculava informações que:

[...] reproduziam os principais fatos políticos nacionais e da região, propagandas e eventos sociais que enfatizavam as atividades religiosas da Igreja Católica ou a ela relacionados. A atuação do jornal contribuiu para a divulgação de um pensamento que pode ser caracterizado como elitista e que até os dias atuais ainda predomina em muitos setores da sociedade maringaense. (PASQUINI, 2009, p. 19).

No *O Jornal de Maringá* também se veiculava notícias nacionais e internacionais e era composto por diversas colunas. Uma delas, denominada *Por Um Mundo Melhor*, escrita por Dom Jaime Luiz Coelho, bispo que marcou a história da cidade, destaca-se por seu caráter religioso, educativo e ideológico. Apresentava, geralmente, discussões sobre acontecimentos do período, mas sempre defendendo os ideais políticos conservadores para “educação” dos católicos/leitores.



O JORNAL DE MARINGÁ, 14 de abril de 1962.

As discussões dessa coluna eram principalmente políticas, talvez por ser a década de 1960 um período marcado por grandes conflitos políticos no Brasil. Nela, o bispo defendia sua posição religiosa e conservadora. Um exemplo disso se verifica em seu artigo sobre o comunismo publicado no dia 28 de julho de 1960, página 8, sob o título “Cristianismo e Comunismo”:

É conveniente notar as diferenças seguintes:

a- PARA O CRISTÃO, o homem é livre porque a sua iniciativa vem de dentro, a saber de sua alma. Ele pode ser comparado a um capitão de navio que é livre de traçar o seu próprio curso e de escolher o seu próprio porto.

b- PARA O COMUNISTA, o homem não é livre porque a sua iniciativa vem de fora, isto é, do partido, que dita até mesmo o que ele poderá pensar. Ele é como o leme de um navio que vai para onde quer que dirija o comandante, que é o diretor do partido comunista...

[...] (O JORNAL DE MARINGÁ, 28 de julho de 1960, p. 8).

A seção *Clichés* trazia classificados de vendas de imóveis e terras, anúncios de lojas e de prestação de serviços. Há enormes anúncios dando destaque aos

serviços de médicos e advogados. Encontram-se também editais públicos apresentando processos jurídicos, principalmente de títulos protestados. Nota-se nesses editais a publicação dos nomes das pessoas envolvidas em dívidas.

Dos anúncios e notícias, destacam-se os de grandes lojas como a Prosdócimo e a Hermes Macedo, e de produtos revolucionários para o período.

Até 1960 o jornal compunha-se de 8 páginas, e em 1963 chegava à 12 páginas. Na página principal destacava as notícias do dia com grandes anúncios e, nas seguintes, as colunas informativas em meio aos anúncios comerciais. Na segunda página trazia a coluna *O Artigo do dia*, de Ivens Lagoano Pacheco, justificada como um texto informativo sobre temas sociais, porém o autor o utilizava para expor seu ponto de vista com relação ao assunto tratado. A coluna *Fiapos* tratava de poemas ou linguagem poética.



O JORNAL DE MARINGÁ, 22 de março de 1962, p. 2.

Havia a coluna denominada *Sociais*, na qual se apresentava os aniversariantes do dia, somente personagens da alta sociedade da cidade, numa clara alusão ao seu caráter elitista. Além dessas colunas sociais, ainda apresentava notícias sobre consagradas personalidades da elite maringaense. Como exemplo, a notícia publicada no dia 28 de julho de 1963:

Maringá recebeu ontem em um de seus melhores salões sociais, a jovem guarda da sociedade, plêiade de meninas-moças que foram apresentadas ao 'grand-mond'. O baile se constituiu num dos maiores acontecimentos da atual temporada e congregou a elite maringaense que se reuniu festivamente para recepcionar doze belas jovens que doravante estarão florindo as reuniões das nossas inúmeras entidades clubísticas [...]. (O JORNAL DE MARINGÁ, 28 de julho de 1963, p. 8).

de Maricá — Nasceu no Rio de Janeiro em 1773. Escreveu as famosas máximas e reflexões, cuja coleção completa saiu do prelo em 1850, pela primeira vez. É um dos poetas que atingiu maior existência, faleceu contando setenta e cinco anos, em sua terra Natal.

SOCIAIS

Aniversariam hoje:

- Dr. Fróes da Mota;
- João de Silva Madeira
- David Rodrigues Ferreira;
- Henrique P. Pereira;
- João Emilio, filho do casal Aron Galperim;
- Salvador Cordamani Neto;
- Da Alceia Maria dos Santos, esposa do sr. Domingos Ferreira dos Santos;
- Dna. Olga Chaves Holanda.

ANIVERSÁRIO DE CASAMENTO

Festeja hoje mais um ano de feliz consórcio matrimonial o simpático casal do sr. e sra. Angelo Piana, pessoas vastamente relacionadas em nossos meios sociais. "SOCIAIS" reitera seus cumprimentos.

PEDRO LUIZ MARTINS
Aniversaria hoje o garoto

Pedro Luiz Martins, filho do casal Luiz Gonzaga (Yolanda) Martins. Completa hoje o seu sexto aniversário e deverá ser muito felicitado pelos seus amiguinhos que o fôrem cumprimentar. Aproveitando o ensejo a Coluna envia seus "Parabens a você...."

MANOEL TAVARES
É com grande satisfação que registramos hoje o natalício de Manoel Tavares, nosso colega de imprensa, diretor-proprietário de "A TRIBUNA DE MARINGÁ".



É um dos homens públicos que ama muito a Maringá e que muito tem trabalhado pelo bem-estar de sua coletividade. Queremos deixar externados aqui, nossos melhores votos de felicidades.

ACTOS DA MUNICIPALIDADE

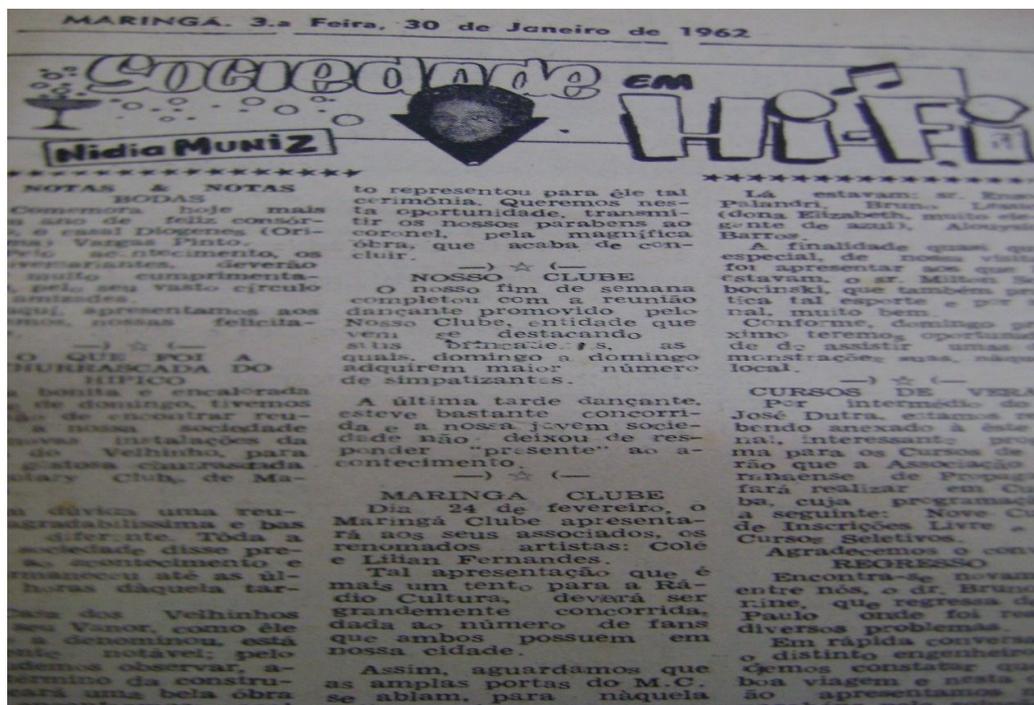
O JORNAL DE MARINGÁ, 10 de janeiro de 1962, p. 2.

Na terceira página encontrava-se geralmente a coluna *Notícias da Municipalidade* escrita por Antenor Sanches; e outra escrita por J. Mello, em que o nome do artigo se refere ao assunto discutido no dia, sempre destacando sua posição ideológica.

Na quarta página encontrava-se a coluna *Em Cima do Pau*, tendo X-3 como indicação de autoria e tratava de pequenos comentários sobre acontecimentos da cidade bem como de pessoas de destaque social. Adhemar Schiavone também escreve a coluna *Em Sociedade*, na qual se referia a comentários e informações sobre a vida social de personagens da elite maringaense. Além dessas havia ainda a coluna social *Sociedade em Hi-Fi* escrita por Nídia Muniz.

Nota-se que estão reunidas no jornal muitas informações sobre acontecimentos sociais que destacavam as pessoas elegantes da alta sociedade,

como médicos, advogados, empresários e seus familiares, etc. Isso se deve a existência de diversos clubes que, desde o início da cidade, promoviam encontros sociais, como o Aero Clube, situado na hoje Avenida São Paulo esquina com a Rua Néo Alves Martins e o Country Club, localizado na zona 4, Avenida Humaitá. O jornal informava tudo o que acontecia nesses clubes, que envolvia apenas a vida social da elite maringáense.



O JORNAL DE MARINGÁ, 30 de janeiro de 1962, p. 5.



O JORNAL DE MARINGÁ, 14 de fevereiro de 1963, p. 4.

A partir da quarta página encontravam-se diversos anúncios comerciais; a coluna de esportes e algumas informações sobre a política local e nacional na seção *Síntese... Também Política*.



O JORNAL DE MARINGÁ, 2 de fevereiro de 1962, p. 4.

Em alguns números de *O Jornal de Maringá*, publicava-se a seção de contabilidade da prefeitura com o *Balancete Das Contas de Razão* – delimitando o período, como por exemplo, Exercício de 1959 – mês de novembro de 1959. Neste quadro estavam descritos os serviços e produtos solicitados pela prefeitura bem como os valores gastos ou em débito. Havia ainda em alguns números a *Coluna Estudantil*, escrita por José Manoel Ribeiro, na qual destacava principalmente as aulas inaugurais da escola técnica e normal, além de informações gerais das escolas da cidade.

O jornal ainda apresentava a coluna *Antena Forense*, escrita por Túlio Vargas, na qual discutia sobre as ações da justiça, apresentando informações da área. Havia ainda a coluna *Sintonizando*, de autoria de Frank Silva, que escrevia sobre rádio e músicas do momento.

Além dessas colunas diárias o jornal apresentava, em alguns números, outras seções, tanto de notícias como de anúncios, convites, avisos e editais diversificados. Havia também o complemento infográfico mensal do jornal, que se tratava da revista ilustrada *Singra*, com notícias e informações locais, nacionais e internacionais.

Percebe-se em todos os números o anúncio da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, antes denominada Companhia de Terras Norte do Paraná, sobre vendas de terras de “alta qualidade” para a produção agrícola.

Nota-se ainda a coluna *Notas agrícolas* com notícias e informações para os agricultores e seus familiares, no intento de orientar a população rural sobre questões de higiene, saúde e alimentação. Isso demonstra que naquele período havia parte da população maringaense residindo na área rural.

A partir de 1962 *O Jornal de Maringá* trouxe novas colunas sociais, com novos editores, no entanto, o conteúdo continuou o mesmo, mantendo-se a prática de veiculação de notícias e comentários apenas sobre personalidades da alta sociedade maringaense.

2.2 NOTÍCIAS SOBRE EDUCAÇÃO NO O *JORNAL DE MARINGÁ*

O período em análise compreende os anos de 1960 a 1963. Este recorte temporal justifica-se, em primeiro lugar, pelo fato de ser este um período de pleno desenvolvimento da cidade em todos os seus setores, principalmente da educação, entendida como uma das necessidades sociais, o que possibilita investigar as notícias de uma estrutura educacional em processo de desenvolvimento; em segundo lugar, a possibilidade de contato com estas fontes primárias, apesar da fragmentação dos arquivos encontrados.

Os diários de *O Jornal de Maringá* encontram-se arquivados no acervo da Biblioteca Pública de Maringá situada, provisoriamente, no novo centro da cidade. Os diários encontram-se organizados em encadernações que reúnem geralmente três meses do matutino, sendo a quantidade dessas encadernações variável em cada ano.

É importante ressaltar de início que as notícias relacionadas à educação, em grande parte, estavam ligadas a festividades das datas comemorativas, muito presentes na educação do período. Não há referência sobre investimentos no campo educacional. O que se percebe é que as primeiras construções foram feitas por meio de doações, principalmente de comerciantes e empresários, sendo os nomes dos mesmos, bem como os valores doados, destacados no jornal.

Marlete Schaffrath (2006) compreende que, no início, o município de Maringá não possuía uma estrutura educacional para o atendimento da população que se estabelecia na pequena cidade. Para a autora:

Não havia uma rede de escolas estruturada (e nem poderia, dada a sua condição de recente urbanização), o que se tinha, era o improvisado dos primeiros habitantes que organizavam aulas em suas próprias casas, pagando aqueles que possuíssem algum conhecimento, para que ministrassem aulas, que basicamente consistiam no estudo das quatro operações e na escrita do próprio nome. Contudo, era um modelo de instrução informal, ao encargo de pessoas leigas e com pouca escolarização. (SCHAFFRATH, 2006, p. 10-11).

Com o desenvolvimento do município e o aumento gradativo da população, houve a necessidade da criação de uma escola formal pública. Reis (2007, p. 45)

relata que a primeira escola funcionou numa casa de madeira, construída pela iniciativa de Napoleão Moreira da Silva, Ângelo Planas e Otávio Periotto que, ao ficarem sabendo da vinda da normalista Dirce de Aguiar Maia a uma cidade próxima, decidiram convidá-la para a direção da escola denominada “Casa Escolar do Maringá Velho” no ano de 1946, e que, a partir de 1947 passou a ser denominada “Escola Isolada do Maringá Velho” e, mais tarde, Grupo Escolar Visconde de Nácar. De acordo com Reis, a escola foi construída com recursos dos moradores:

Da Escola Isolada do Maringá Velho, nasceu o Grupo Escolar do Maringá Velho, depois Grupo Escolar Visconde de Nácar. Em 1948, foi construído o Grupo Escolar do Maringá Novo (pela companhia) era o nome inicial, depois a escolha foi feita pelos alunos: Dr. Osvaldo Cruz. (REIS, 2007, p. 46).

Escola Dr. Oswaldo Cruz em 1950



Reprodução de SCHAFFRATH (2006, p. 14).

A segunda escola do município, como se refere Reis (2007), foi criada logo em 1948, em razão da necessidade de atender as crianças em idade escolar. De acordo com Schaffrath (2006),

A construção dessa escola contou com a colaboração da Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, que doou a madeira necessária para a construção. Inicialmente contou com 4 salas, que posteriormente foram ampliadas para 11 salas, devido a grande

procura pelas famílias que estavam se estabelecendo na região. (SCHAFFRAT, 2006, p. 15).

Com a elevação de Maringá à condição de município, de acordo com a Lei nº 790 de 1951, aconteceu a primeira eleição a qual elegeu Inocente Villanova Jr. como prefeito da cidade. Em sua administração, foi notável a criação de diversas escolas. Para Schaffrath (2006),

O município construía escolas com os poucos recursos disponíveis, muitas vezes contando com a ajuda pessoal do prefeito que era dono de uma serraria, quando não, eram construídas pelos próprios pioneiros em forma de mutirão, pois, não eram repassadas verbas públicas para a educação. (SCHAFFRATH, 2006, p.13).

Além disso, havia outra dificuldade concentrada no campo dos recursos humanos. Isso porque não havia professores habilitados o suficiente, tanto que muitos tinham apenas o curso primário e, por isso recebiam orientações da professora Dirce de Aguiar Maia.

Grupo de professores de Maringá em 1952



Reprodução de SCHAFFRATH (2006, p. 14).

Já na segunda administração, com o prefeito Américo Dias Ferraz, a educação do município foi relegada ao desinteresse. Como observa Schaffratt, “[...] já na segunda administração do município de Maringá, a educação pública caiu no descaso”(2006, p. 16).

Esse descaso, entre outros problemas verificados no período no campo educacional maringaense, se refere à desvalorização dos professores que não recebiam seus salários devidamente. Diante disso, “as escolas foram sendo pouco a pouco abandonadas por professores e alunos” (SCHAFFRATH, 2006, p. 16).

Esse descaso é evidenciado no *O Jornal de Maringá*, de 29 de outubro de 1961, na coluna *O Artigo do Dia*, que denunciava o problema do atraso do pagamento dos professores no período. O autor da coluna (não identificado) relata de forma crítica que o problema afetava o próprio alunado, já que as professores acabavam não cumprindo bem sua função de ensinar. Finaliza descrevendo que: “Eis porque entendemos que os mestres devem ser melhores atendidos, pois nas mãos deles encontra-se uma boa parcela dos homens de amanhã” (O JORNAL DE MARINGÁ, 29 de outubro de 1961).

A mesma situação havia passado os professores do Estado, que entraram em acordo com o governador após paralisarem as atividades. A partir do movimento dos professores do Estado, os professores municipais ameaçaram repetir a paralisação até que fosse resolvido o problema da má remuneração. A notícia publicada no dia 25 de maio de 1963, sob título “Professoras Municipais ameaçam ‘Operação Tartaruga’. Salários de fome revoltam mestras da SESAS” vem a demonstrar que essa situação persistiu por alguns anos, inclusive na administração de João Paulino:

Repetindo movimento estadual lutando por salários mais justos, 96 professoras municipais ontem, depois de reiteradas tentativas para receberem melhores vencimentos, esboçaram a ‘Operação Tartaruga’. A recusa em seguirem para suas respectivas escolas e o seu desejo de avistar-se com o prefeito JP, graças à interferência do inspetor do ensino foi contornada e as mestras prosseguiram lecionando, contudo uma séria: o município as trata condignamente, suspende a protelação com que vem tratando o assunto ou as crianças do perímetro urbano ficaram sem professoras.

Protelação

Embora já esteja praticamente acertado o novo nível salarial a ser pago às professoras, na ordem de onze mil e quinhentos, treze e

quinhentos e quinze mil mensais, a medida vem sendo protelada, o que causa espécie, pois os operários braçais e mesmo serventes da edilidade, em sua totalidade são melhores remunerados do que as educadoras lotadas na prefeitura.

JP e CSF

Caso João Paulino e Célio Serpa Ferraz não encontrem meios de solucionar o impasse, nos próximos dias, talvez no início da semana, teremos uma 'Operação Tartaruga em miniatura'. Estará confirmada assim a afirmação de Jacundino Furtado (Secretário da Educação do Paraná) que ao ser informado do apoio que as mestras estaduais recebiam em seu movimento salarial, afirmou: 'estimo que as prefeituras paguem melhor suas professoras, retirando-as da condição de miserabilidade em que se encontram'. (O JORNAL DE MARINGÁ, 25 de maio de 1963, p. 6).

Apesar do problema salarial, as professoras demonstravam buscar alternativas para melhorar a qualidade do ensino e as condições de trabalho, embora não fosse evidente essa mesma tendência por parte do governo.

No período entre 1960 e 1963, há referência no *O Jornal de Maringá* de congressos e palestras sobre educação principalmente pelo interesse das próprias diretoras das escolas existentes em vista dos problemas evidenciados. Um exemplo dessa iniciativa é a publicação do dia 3 de setembro de 1960, na seção *O artigo dodia* e sob o título "II Congresso de escolas normais". Não há referência de autoria, porém, o autor (a) demonstra sua posição:

O II Congresso de Escolas Normais que agora se realiza em Maringá, é uma aula para as novas professoras. Aula em que homens e mulheres ilustres derramam saber numa cidade que soube até hoje contar, demonstrar e fazer sentir que não é só sinfonia de trabalho. É também escola de saber, ávida de melhor assimilar o que é bom, o que é necessário. (O JORNAL DE MARINGÁ, 3 de setembro de 1960, p. 2).

No Congresso ainda discutiu-se o analfabetismo no Brasil e a má remuneração dos professores, além de citar a falta de investimento dos poderes públicos na educação do país de uma forma geral, fato reconhecido no período. Percebe-se que as causas dos problemas estavam evidentes, no entanto, não havia expectativa de solução já que isso não dependia somente dos professores.

Estes problemas eram bem esclarecidos nas notícias veiculadas no periódico, embora não houvesse indícios de nenhuma iniciativa do poder público para

solucioná-los. Os anos entre 1960 e 1963 foram marcados por diversas denúncias em *O Jornal de Maringá* sobre as péssimas condições em que se encontravam as escolas públicas maringaenses.

No início da década de 1960, mais precisamente no dia 9 de março, *O Jornal de Maringá* publicou no número 1706 uma notícia que exemplifica a situação das escolas no período:

O grupo Escolar Fernão Dias abandonado pelo nosso governo

Com sete anos de existência de bons serviços prestados à laboriosa população da Vila Morangueira, atravessa hoje o Grupo Escolar Fernão Dias, situação devéras aflitiva, que o governo que tem absoluta responsabilidade, não toma conhecimento, nem conta. Com apenas três salas este ano este grupo matriculou 560 alunos! Pois bem, as abnegadas professoras desse estabelecimento educacional da cidade, estão recorrendo a caridade pública para conseguirem aumentar o espaço afim de que possam dar instrução aos nossos pequenos patrícios. Uma das tantas vergonhas que envergonha uma cidade que pode e tem contribuído para o erário estadual com a quantia de um milhão de cruzeiros por dia, arrecadado pela recebedoria de rendas. (O JORNAL DE MARINGÁ, 9 de março de 1960, não paginado).

A situação foi reconhecida pelas autoridades, tanto que no dia 22 de fevereiro de 1961, p. 2, foi publicada uma notícia sobre a visita do Secretário de Educação do Estado, o Sr. Mário Braga Ramos que veio a Maringá para conhecer de perto os problemas do ensino do município. Para recepcioná-lo, estiveram presentes no aeroporto personalidades da alta sociedade da cidade, bem como autoridades do ensino maringaense. Nessa ocasião,

[...] o senhor Mário Braga Ramos usou da palavra dizendo inicialmente ser essa a primeira vez a sua posse que o mesmo se desloca para o interior do Estado, face a necessidade premente de sentir de perto os inúmeros problemas que terá que enfrentar bem os problemas do ensino, e se escolheu Maringá [...] foi porque julgou o problema de Maringá superior aos de outras cidades [...]. (O JORNAL DE MARINGÁ, 22 de fevereiro de 1961, p. 2).

No dia 23 de fevereiro de 1961, outra denúncia foi publicada ainda na presença do secretário de estado. A diretora do Grupo Escolar Castro Alves

convidou a redação de *O Jornal de Maringá* para averiguar a situação que se encontrava a escola. Conforme informações prestadas pela diretora ao jornal:

[...] o Estado jamais prestou-lhes qualquer assistência, sendo que para adquirirem giz, apagador e vassouras, e ainda outras pequenas coisas de uso interno, são obrigadas a venderem aos alunos materiais escolares. (O JORNAL DE MARINGÁ, 23 de fevereiro de 1961, p. 1).

Com a visita do secretário do Estado, ficaram no aguardo de que tomasse providência da situação que descrevia: “Não é admissível que um Educandário possa funcionar num recinto que não oferece o menor conforto. Muito pelo contrário o que se nota o que se pode ver, é o completo abandono do estabelecimento [...]” (O JORNAL DE MARINGÁ, 23 de fevereiro de 1961, p. 1).

Outra notícia publicada no dia 10 de fevereiro de 1963 demonstra que o problema do abandono das escolas por parte do poder público foi persistente:

Melhor e mais moderno Grupo Escolar Está Abandonado

O Grupo Escolar Néo Alves Martins, moderno e maior educandário da rede escolar estadual, construção que visava atender ao grande número de crianças que não encontram vaga, está inteiramente abandonado, totalmente cercado por densa vegetação tendo suas dependências frequentadas por desordeiros e malfeitores que têm entrada franca por portas e janelas que não fecham emperradas e mal construídas. Não há, no prédio, pelo menos nas férias, nenhum guardião. Entra quem desejar e o que lá está ocorrendo destoa, por inteiro, com o respeito e moralidade compatível com uma escola. (O JORNAL DE MARINGÁ, 10 de fevereiro de 1963, p. 7).

Assim, constatado o problema da má remuneração dos professores e o abandono total da estrutura escolar, as crianças maringaenses acabaram ficando sem escolas, já que a população crescia a cada dia. A notícia publicada no dia 22 de janeiro de 1963 esclarece sobre mais esse problema no campo educacional:

Crianças de Maringá não têm mais escolas: grupos sem vagas para 63 (alunos)

O problema escolar de Maringá, em vez de se apresentar passível de equação, torna-se cada vez mais complicado devido a insuficiência das instalações, à exiguidade de recursos didáticos e ao número

ínfimo de escolas e de salas de aula. (O JORNAL DE MARINGÁ, 22 de janeiro de 1963, não paginado).

Ainda de acordo com as informações publicadas, as crianças foram mais prejudicadas, como não havia vagas, acabavam tendo que esperar o próximo ano para serem incluídas na instrução pública. Além disso, muitas crianças em idade escolar ficavam fora da escola, pois não havia escola para todos. Isso demonstra as dificuldades de quem dependia da escola pública para receber instrução, o que os tornava cada vez mais alienados da convivência social. A partir dessa problemática, o mesmo número do periódico apresentou uma seção, sem referência de autoria, argumentando que:

Instrução Base do Progresso

Não há progresso sem instrução, que é o alicerce dêsse mesmo progresso.

De que adianta construir arranha-céu com base de areia se o mesmo pode desmoronar na primeira intempérie?

Escolas, precisamos de mais escolas, tantas quantas sejam necessárias, para que a criança maringaense não seja privada da necessária instrução que fará dela um cidadão à altura do progresso econômico do município, de que tanto se orgulham os seus administradores e políticos.

Escolas, para que a criança maringaense não passe a infância na rua, vagabundeando, eivando-se de vícios e engraxando os sapatos daqueles que são os causadores do seu infortúnio. (O JORNAL DE MARINGÁ, 22 de janeiro de 1963, não paginado).

Maria Luisa Santos Ribeiro (2003), ao discutir a história da educação brasileira no período entre 1955 e 1968, aponta alguns acontecimentos políticos e econômicos pelos quais passava o país, a fim de compreender a organização escolar dentro de seu contexto social, o que leva, também, à compreensão do caso da cidade de Maringá.

A autora recorda que com a morte de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek venceu as eleições e assumiu o governo contando com o apoio de diversos setores sociais. Mesmo assim, ao chegar ao poder, houve várias tentativas de impedimento de sua posse por parte do partido opositor, tanto que:

[...] esta foi garantida através de um golpe liderado pelo general Lott, em novembro de 1955: destituiu do poder Carlos Luz, que substituiu Café Filho, decreta o 'estado de sitio' e faz o presidente do senado

(Nereu Ramos) assumir o poder até 31 de janeiro de 1956, data da posse. (RIBEIRO, 2003, p. 152).

Ainda de acordo com a mesma autora, nesse intervalo até a posse de Juscelino, houve a aprovação da instrução 113 da Sumoc, sendo “um dos elementos responsáveis pela alienação da economia nacional” (RIBEIRO, 2003, p. 152). A instrução 113 da Sumoc referia-se a um acordo econômico que concedia liberdade às empresas estrangeiras para operar no Brasil, um dos fatores responsáveis pelo desenvolvimento industrial no período.

Com a aplicação do capital estrangeiro no setor industrial, o Brasil passou a um novo modelo econômico. Para Ribeiro (2003),

Os anos de 1956 a 1961 constituíram o período ‘áureo’ do desenvolvimento econômico, aumentando as possibilidades de emprego, mas concentrando os lucros marcadamente em setores minoritários internos e, mais que tudo externos. (RIBEIRO, 2003, p. 154).

Desta forma, houve no período transformações significativas no setor da economia brasileira que trouxeram também mudanças na educação. Isso ocorreu devido à criação “[...] de novos empregos em quantidade e qualidade; manutenção de mão de obra (operariado urbano) [...]; ampliação do setor médio agora integrado no processo de desenvolvimento (RIBEIRO, 2003, p. 157).

De acordo com Ribeiro (2003), com o maior desenvolvimento do setor industrial no Brasil, muitos trabalhadores rurais foram para a cidade e precisaram, portanto, de formação específica para atuarem na indústria. Por isso, nesse período, a procura pela escola cresceu repentinamente e a alfabetização já se tornara insuficiente para a formação da nova massa industrial.

Porém, mesmo verificando um aumento favorável nos recursos financeiros destinados à educação,

[...] se conclui após a análise numérica é que o aumento percentual nos recursos financeiros dedicados a educação pela União e pelos Estados possibilitou apenas uma significativa ampliação da rede escolar. Como vem ocorrendo, não chegou a ser suficiente para a superação da seletividade ainda intensa que caracteriza a escola brasileira. (RIBEIRO, 2003, p. 164).

Ainda de acordo com a autora, os investimentos no setor educacional no Brasil nunca alcançaram os percentuais determinados pelas Constituições de 1934 e 1646. Isso demonstra que no caso da cidade de Maringá não ocorreu de forma diferente, já que os recursos públicos para o setor educacional eram escassos desde seu nascimento.

Ao analisar os problemas na educação pública do município, Maria Madalena Sorato Gulla (2009) esclarece que:

Com referência ao programa escolar da rede pública de ensino de Maringá, o que se sabe é que a preocupação maior era a de ensinar a ler e a escrever, o que se justifica pela falta de qualificação da maioria dos professores. Todas as alterações ocorridas no conteúdo dos programas de ensino estabelecidas pelo Estado eram comunicadas à prefeitura, que as repassava aos professores. Não havia nenhum treinamento, nenhum curso de qualificação profissional. As poucas orientações que se faziam necessárias para o bom andamento das classes eram fornecidas pela Inspeção Estadual. (GULLA, 2009, p. 78).

Diante uma estrutura educacional deficiente, a elite maringaense, desde o início da cidade, tomou a iniciativa de promover o ensino privado, já que desejava uma educação mais organizada para seus filhos, e de melhor qualidade. De acordo com Gulla (2009):

Com o crescimento e o desenvolvimento econômico da cidade, alguns grupos mais abastados foram se formando e passaram a exigir uma escola de qualidade para seus filhos. Diante do descaso do Estado com relação aos assuntos educacionais e, assim paralelamente a implantação da rede pública de ensino, começou a ser organizada uma rede privada de ensino, por iniciativa da elite local, criando-se a primeira escola particular confessional da cidade [...]. (GULLA, 2009, p.78).

Nesse contexto encontra-se o debate em torno da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBN 44024/61. Gestada a partir do projeto de Lourenço Filho, porém substituído pelo anteprojeto do deputado Carlos Lacerda, levou treze anos para desembocar na lei aprovada (1948 a 1961).

O princípio fundamental que instituiu a LDBN/1961 fora a necessidade de garantir à iniciativa privada o direito de educar no Brasil. Assim, a lei nasce

especificamente do embate entre liberais e conservadores. A esse respeito, Ribeiro (2003) ressalta que:

[...] os responsáveis pelas escolas particulares leigas não elaboraram uma defesa específica, limitando-se a apoiar os responsáveis pela escola particular católica, uma vez que, desde que os princípios destes últimos fossem aceitos, os benefícios recairiam sobre todas as organizações particulares. (RIBEIRO, 2003, p. 166).

A LDB/61 foi marcada pela disputa em torno da hegemonia no campo educacional brasileiro entre conservadores, representados pela Igreja Católica e os liberais, defensores da escola pública, leiga e gratuita. Nesse contexto, no dia 7 de novembro de 1962, *O Jornal de Maringá* publicou na coluna *Por Um*, de autoria de Riva, um texto em defesa da escola pública demonstrando que apesar da instituição da lei, ainda havia a defesa de ambas as partes na sociedade, tanto dos conservadores como dos liberais:

Escola Pública

A declaração de princípios dos universitários que se mantiveram em Congresso em Maringá, em defesa da Escola Pública, coincidiu com a instalação, em Brasília, do primeiro Encontro de Professores, seminário que irá, como tema principal, aventar a manutenção e ampliação da rede escolar leiga.

A aceitação cada vez maior do estudo estatal, meta educacional que vem alcançando foros e defensores, parece ter encontrado nos futuros economistas, compreensivos baluartes do regime que acredita a escola pública, criada e mantida pelo Estado, como a mais viável para a solução dos problemas orientacionais e pedagógicos apresentados pelos estudantes brasileiros em seus mais diversos níveis e currículos.

A implantação de um denominador comum, com a supressão do mercantilismo que atualmente se efetua indistintamente desde as primeiras às últimas letras é antiga apologia de Anísio Teixeira e pregão de modernos educadores que salientam, sem animosidade ou conceitos pré-ditados contra essa ou aquela forma de manutenção da escola particular.

O grande divisor d'água da questão, razão principal porque se debatem os entendidos continua sendo a influência que direta ou indiretamente, exercem sobre os alunos os regimes sociais ou credos religiosos existentes em estabelecimentos privados onde, a liberdade de aprendizado, mesmo não tolhida, perde, em muito, o alcance que se pretende dar-lhe com a introdução de novos métodos e regimes.

Ninguém, ignorando os extremistas da questão, fazem da escola particular um drama ou problema de conserto imediato. Ao contrário, os mestres e pedagogos de renome, salientando o inestimável trabalho prestados por estas casas e pelos que, por um motivo ou outro, enveredam no sacerdócio educacional, afirmam o quanto devemos aos que, intensivamente adentram o País precedendo a escola pública e lá, às vezes, em pleno sertão, plantaram os primeiros baluartes culturais.

Nem por isto, contudo, devemos esquecer que o melhor regime, o mais indicado é, fugindo da questão mercantil e dos problemas de orientação, permitir que todos, sem dispêndio, possam fazer da escola um meio acessível ao aprendizado não só geral, mas, técnico especializado.

A instituição de mais escolas públicas, sua maior e inteira proteção por parte dos poderes competentes não implica, por si só, em extinção ou cerceamento da liberdade daqueles que por misteres ou votos, fazem do ensino, profissão ou sacerdócio. Implica, isto sim, na redução dos empréstimos e subvenções que, desviadas das escolas públicas, a fazem mais débil e assim, exigem e facilitam a proliferação de outros estabelecimentos que ministrava, além do que se lhes pede outras matérias que a própria lei do ensino, atualmente em face de reforma, permite e acolhe. (O JORNAL DE MARINGÁ, 7 de novembro de 1962, p. 3).

Essa luta pela hegemonia no campo educacional se estendeu ao debate sobre a orientação pedagógica que mais seria viável para a educação brasileira. Dessa forma,

[...] a Igreja Católica acusa a escola pública de ter condições de desenvolver somente a inteligência e, enquanto tal instrui, mas não educa [...]. Assim, a escola confessional seria a única que teria condições de desenvolver a inteligência e formar o caráter, ou seja, de educar. Em consequência deste raciocínio, acusa a escola pública de desadaptadora dos indivíduos às exigências da vida coletiva. (RIBEIRO, 2003, p. 166).

Ainda de acordo com a autora, a Igreja Católica relaciona “[...] o aumento do índice de criminalidade com propagação da escola pública” (RIBEIRO, 2003, p. 166), além de acusar os defensores dela de comunistas e ateus. Essa reação se deu pelo fato de não aceitarem o Estado anterior à família no trato jurídico, considerando que a família tem o direito de ministrar a educação moral e religiosa, física e intelectual aos seus filhos.

Os defensores da escola pública, por sua vez, argumentavam alegando que: “[...] não cabia ao Estado determinar o tipo de formação do indivíduo. O que os grupos sociais deviam proporcionar eram as condições para que cada um fosse responsável pela própria formação. Daí ser a escola pública a mais adequada” (RIBEIRO, 2003, p. 168).

Ribeiro (2003) ainda cita vários pontos polêmicos entre os dois grupos na luta que travavam pela defesa, cada um a seu modo, do direito de educar. A autora chama a atenção para a ideia de que no Brasil,

[...] as escolas religiosas sempre se dirigiram ou se interessaram predominantemente pela educação de elementos pertencentes a grupos sociais privilegiados, contribuindo desta forma, para a conservação de tais privilégios. A democratização educacional no Brasil iniciou-se com a república e através da escola pública, sendo esta mais uma razão para a defesa deste tipo de escola. (FERNANDES, 1966, apud RIBEIRO, 2003, p. 168).

O argumento do sociólogo Florestan Fernandes, citado pela autora, esclarece bem o que aconteceu na história da educação na cidade de Maringá, já que possuía desde o princípio um grupo seletivo quanto à participação na sociedade formada, em grande parte pelos pioneiros que possuíam bens e, portanto, formavam a elite maringaense. Essa elite, diante da situação em que se encontrava a escola pública e, pensando em uma educação, sobretudo moral para seus filhos precisou de uma escola que atendesse esses requisitos e os anseios por uma educação que garantisse a superioridade social dos seus filhos.

Nesse ideário, nasceu o Colégio Santa Cruz em Maringá, dirigido pelas Irmãs Carmelitas, que vieram com o propósito de oferecer uma educação, sobretudo religiosa, às crianças da cidade. Esse propósito das irmãs carmelitas logo seria mudado por seus superiores eclesiais quando lhes informaram o que deveriam fazer e para quem, em termos de educação. A instituição, assim como muitas outras, atendeu aos anseios de quem possuía condições de financiar a educação de seus filhos à maneira da religião católica, e de prepará-los para uma vida social elevada:

Podemos compreender que, no contexto educacional brasileiro, incluindo-se a cidade de Maringá, as escolas confessionais vieram para atender as necessidades e os desejos de escolarização de uma

elite rural predisposta a manter suas convicções religiosas e políticas, seus privilégios e passá-los a seus filhos. Por sua vez, a Igreja via a oportunidade de resgatar a catolicidade brasileira. [...] (GULLA, 2009, p. 79).

Ainda de acordo com Gulla (2009), o interesse da Igreja em garantir espaço na sociedade fez com que houvesse um grande investimento da mesma no setor educacional, preenchendo desta forma, “[...] as lacunas deixadas pelo Estado” (GULLA, 2009, p. 79).

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961 (LDBN 4024/61), houve momentos de discussão sobre as mudanças no setor educacional de Maringá a fim de adequar à lei. No dia 23 de novembro de 1962, foi publicada a notícia “Professores da região em grande reunião em Maringá – Diretores de 43 municípios reúnem-se com o Secretário da Educação”.

De uma série de reuniões, o evento teve a intenção de levantar os problemas do ensino primário e promover o recenseamento da população em idade escolar. Participaram os diretores dos grupos escolares. Em nova reunião, o Secretário da Educação Dr. Jacundino Furtado, se reuniria com as diretoras das escolas normais:

O objetivo desta reunião será, além do debate dos problemas pertinentes àquele ramo de ensino, difundir as normas que serão adotadas pela SEC, dentro do espírito da Lei de Diretrizes e Bases, a fim de elevar o nível qualitativo do professorado estadual. (O JORNAL DE MARINGÁ, 23 de novembro de 1962, p. 6).

Mesmo no espírito da nova lei da educação, torna-se relevante considerar que a LDBN 4024/ 1961 além de reconhecer a integração das escolas confessionais e privadas na educação brasileira, pouca mudança trouxe para, pelo menos, melhorar o quadro em que se encontrava o setor educacional num período de crescente urbanização do país.

A educação da cidade de Maringá não ficou alienada aos acontecimentos ocorridos no âmbito nacional. *O Jornal de Maringá* retratou tais acontecimentos permitindo a análise do período investigado, contribuindo, sem dúvidas, para a reconstrução de fatos que levam a compreensão da realidade passada. Por isso, o jornal é rica fonte para pesquisa em história e história da educação.

Por mais que as notícias ligadas à educação constituíssem parte pequena nos diários, não deixaram de revelar a realidade vivenciada pela população no período.

CONCLUSÃO

Considera-se, por fim, que a imprensa é um meio de propagar educação informal e, assim como qualquer outro meio de informação é formadora de opinião e geralmente se faz porta voz da classe dominante.

Este estudo evidencia a relevância de se construir uma cultura na cidade de Maringá movida pelo propósito de resguardar a história que cerca a sua fundação e, desenvolvimento. Esta cultura exige a conscientização da sociedade no sentido de afirmar a urgência da conservação de documentos históricos que revelam a sua história, como é o caso da imprensa e também do incentivo às pesquisas que porventura resguardem a sua memória, mas que a explicita sob os auspícios do fazer científico no qual se utilize as modernas técnicas e métodos investigativos.

O Jornal de Maringá nasceu junto à cidade e serviu como meio de propagar educação ao povo iletrado e politicamente analfabeto que nela se estabelecia. Constatou-se que, embora as informações veiculadas pelo periódico tendessem a defender os ideais da elite formada precocemente no município, as notícias ligadas a educação no período em estudo constituíam-se em sua maior parte de denúncias da situação precária em que se encontravam as escolas, tanto as mantidas pelo estado ou município, no que se refere a estrutura física e principalmente a desvalorização dos professores que recebiam salários de miséria.

Conclui-se que a cidade de Maringá vivenciou as consequências da expansão industrial e êxodo rural ocorridos no Brasil naquele período, o que gerou a necessidade de mais escolas para formação de mão de obra especializada, mas que o Estado não deu conta de tal contingência, relegando ao descaso o setor educacional público. Assim, no caso de Maringá, a escola particular confessional

veio ao encontro da necessidade de oferecer educação de qualidade ao extrato social mais elevado da sociedade maringaense, contribuindo ainda mais, para a seletividade social já existente.

Este trabalho faz apenas uma pequena incursão pela história da educação inscrita na imprensa maringaense. Em razão dos motivos expostos anteriormente sobre a exiguidade de fontes documentais, e quando existem, estão em péssimas condições de manuseio, o estudo não pode ser alongado. São urgentes novas pesquisas a respeito da história maringaense, pois há ainda muitas lacunas que devem ser preenchidas ao seu respeito.

Da mesma forma são inúmeros os fatos que carecem de um trato teórico-metodológico rigoroso, pois se entende que, embora localizada essa história, o movimento característico do capital nos países não desenvolvidos conformou a cidade de Maringá aos interesses das camadas dominantes, ao ponto de criá-las numa região ainda cercada de floresta e com sujeitos que se aventuravam em busca de uma nova vida. O sucesso desse empreendimento, por sua vez, marcou a educação na cidade e formou uma consciência ativamente pró-elite e contra as camadas socialmente desfavorecidas, inclusive por seus próprios pares.

A pesquisa com a imprensa de Maringá poderá revelar este movimento, as formas de atuação e o poder da influência que as ideias conservadoras e elitistas exercem ainda na sociedade maringaense.

REFERÊNCIAS

Fonte primária:

O JORNAL DE MARINGÁ. Maringá, 1960-1963.

Literatura de apoio:

ALTOÉ, Geraldo. **O Rádio em Maringá.** O pioneirismo, o alcance e a bela trajetória do mais ágil meio de comunicação social. Maringá: Clichetec, 2007.

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica.** História da Imprensa Brasileira. 4ed. São Paulo: Ática, 1990, p. 31-239.

BASTOS, Maria Helena Camara. Espelho de papel: a imprensa e a história da educação. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JR, Décio (orgs). **Novos temas em História da educação brasileira:** Instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados, 2002.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi [et al] (org.). **Fontes Históricas.** São Paulo, Contexto, 2011.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O Jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XIX: Uma introdução. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JR, Décio (orgs). **Novos temas em História da educação brasileira:** Instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados, 2002.

FERREIRA, Maria Nazareth. **Imprensa Operária no Brasil.** São Paulo: Ática, 1988.

GULLA, Maria Madalena Sorato. **História e Memória da Fundação do Colégio Santa Cruz de Maringá (1952)**. 146f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2009.

HILÁRIO, José. **Maria do Ingá**: Amargo sabor de mel na colonização do Paraná. Maringá: Gráfica Ideal, 1995.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. São Paulo: Zahar, 2003.

LUZ, France. Maringá: a fase de implantação. In: **Maringá e o Norte do Paraná**. Estudos da história regional. DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rolo (orgs). Maringá: Eduem, 2001.

MOREL, Marco. O surgimento da Imprensa no Brasil: Questões atuais. Revista **Maracanan**. Dossiê História e Imprensa. Rio de Janeiro, nº 3, p. 17-30, 2005-2007.

PASQUINI, Adriana Salvaterra. **A ação Político-Educativa da Igreja Católica n'O Jornal de Maringá**. 147f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2009.

PILOTTO, Osvaldo. **Cem anos de Imprensa no Paraná 1854-1954**, 1976 Disponível em: <http://www.museuparanaense.pr.gov.br/arquivos/File/Livros/100anosdeimprensa.pdf> Acesso em: 9 mai 2013.

REIS, Osvaldo. **Maringá e seus prefeitos: 1952-1996**. Prefeitura de Maringá, 1996.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação Brasileira. A Organização Escolar**. 19 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SANCHES, Antenor. **Maringá, uma história de progresso**. Maringá: Galvão Editora, 2010, p. 22-30.

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. **A escola normal em Maringá-Pr: o ensino público como Projeto Político**, 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Marlete_Schaffrath_artigo.pdf Acesso em: 16 mai 2013.

SCHIAVONE, Ademar. **Memórias de um bom sujeito II**. Maringá: Sthampa Ed., 2004.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Mauad, 2011.